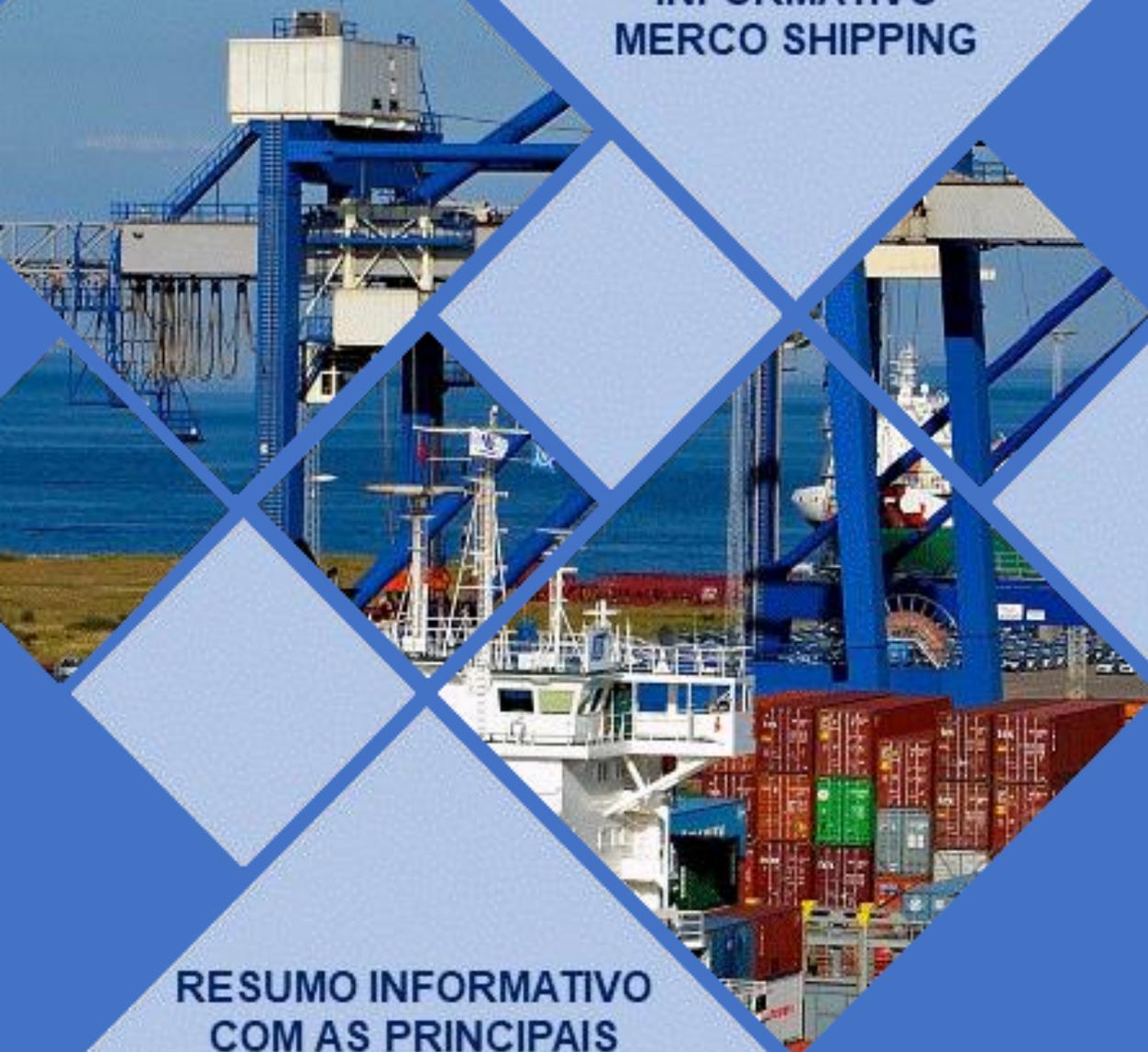


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 034/2025
Data: 26/02/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
COMITIVA PORTO & MAR FARÁ IMERSÃO NO VALE DO SILÍCIO, NOS EUA, EM MAIO	4
AUTORIDADES DISCUTEM INSTALAÇÃO DE PÁTIO PARA CAMINHÕES EM CUBATÃO, SÃO PAULO; SAIBA OS DETALHES	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
GRUPO CHINÊS PODE ADQUIRIR MINERADORA EM AL E AMPLIAR EXPORTAÇÕES DE COBRE	6
BNB E SUDENE APRESENTAM BENEFÍCIOS DO REINVESTIMENTO A EMPRESÁRIOS PERNAMBUCANOS	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
ANTAQ FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PRF PARA O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA. 9	
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
GOVERNO FEDERAL ANUNCIA EDITAL PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
MATO GROSSO DO SUL LIDERA RANKING DE CIDADES INTEGRADAS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO.....	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – O CAFÉ BRASILEIRO E OS DESAFIOS LOGÍSTICOS NO PORTO DE SANTOS	11
NACIONAL - HUB – CURTAS - BNDES E FINEP DESNAM R\$ 3 BILHÕES PARA CENTROS DE INOVAÇÃO	12
<i>PD&I 1</i>	12
<i>PD&I 2</i>	12
<i>PD&I 3</i>	12
<i>Concessões 1</i>	12
<i>Concessões 2</i>	13
NACIONAL - BNDES APROVA R\$ 7,3 BI PARA MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ENTRE MG E RJ	13
NACIONAL - LUCRO DO BNDES CRESCE 20,5% E ATINGE R\$ 26,4 BILHÕES EM 2024	14
REGIÃO SUDESTE - BÚZIOS ATINGE RECORDE DE PRODUÇÃO COM 800 MIL BARRIS DIÁRIOS	14
SANTOS EXPORT - COM FOCO NO PORTO, SANTOS EXPORT ENTRA EM CONTAGEM REGRESSIVA.....	15
PORTO DE SANTOS - LULA ESTARÁ NO LANÇAMENTO DE EDITAL DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	16
PORTO DE SANTOS - ATRASOS CONTÍNUOS COMPROMETEM EXPORTAÇÕES DE CAFÉ	17
REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO ADOTA PADRÃO INTERNACIONAL PARA SEGURANÇA RODOVIÁRIA	19
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO FEDERAL LANÇA EDITAL PARA DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS NO PIAUÍ	20
REGIÃO SUL - DER-PR REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOS MINÉRIOS	21
REGIÃO SUL - GOVERNO ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA NOVA LEI DE FERROVIAS EM SANTA CATARINA	22
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	23
GOVERNO DE SP ADOTA METODOLOGIA INTERNACIONAL PARA MODERNIZAR RODOVIAS DO LOTE PARANAPANEMA.....	23
SANTOS BRASIL LUCRA R\$ 206,3 MI NO 4º TRIMESTRE DE 2024.....	24
PARAMOS NO TEMPO: OS ACESSOS COLAPSARAM!.....	24
CÂMARA APROVA PROJETO COM BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EXPORTADORAS	24
CONTRIBUIR COM OS DESAFIOS E EXERCER SEU PROTAGONISMO NA REGIÃO SÃO METAS DA ACS PARA 2025.....	27
MDIC LANÇA GUIA PARA ORIENTAR EXPORTAÇÃO E EMITIR AUTOCERTIFICAÇÃO DE ORIGEM.....	27
ECOVIAS PREVÊ ATÉ 442 MIL VEÍCULOS DURANTE O CARNAVAL	28
ABERTURA DE MERCADO PARA EXPORTAÇÃO DE MEL E PRODUTOS APÍCOLAS PARA ISRAEL	29
CORRENTE DE COMÉRCIO CHEGA A US\$ 80,9 BI, DE JANEIRO ATÉ A 3º SEMANA DE FEVEREIRO.....	30
TRABALHADORES TERÃO 90 DIAS PARA MIGRAR PARA E-CONSIGNADO, DIZ HADDAD	31
JORNAL O GLOBO – RJ	32
TCU DETERMINA QUE INSS ADOTE PROVIDÊNCIAS EM 180 DIAS PARA CORRIGIR PAGAMENTOS INDEVIDOS DO BPC	32
TCU DECIDE QUE OBRA DE TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVE TER FISCALIZAÇÃO ESTADUAL E LIBERA EDITAL	33
CAGED: INDÚSTRIA IMPULSIONA GERAÇÃO DE EMPREGOS EM JANEIRO, E SETOR DE SERVIÇOS DESACELERA	35
FIM DO SAQUE ANIVERSÁRIO 'NÃO TEM CHANCE DE PROSPERAR' NO CONGRESSO, DIZ MINISTRO DO TRABALHO	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
GOVERNO TRUMP CRITICA BRASIL E DIZ QUE BLOQUEAR INFORMAÇÕES E MULTAR EMPRESAS É ANTIDEMOCRÁTICO	37
ESTUDO MOSTRA QUE SENSAÇÃO DE RISCO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL AUMENTOU NO BRASIL EM 2024	38
TRUMP AGORA QUER TAXAR NAVIOS CHINESES QUE CHEGAM AOS EUA, E MEDIDA PODE BAGUNÇAR TRANSPORTE GLOBAL. 42	
OITO EMPRESAS DEMONSTRARAM INTERESSE NA CONCESSÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	44
MATURIDADE INSTITUCIONAL ALAVANCA PROJETOS PÚBLICO-PRIVADOS NO BRASIL	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 034/2025
Página 3 de 57
Data: 26/02/2025
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

COMO AS MEDIDAS ANUNCIADAS POR DONALD TRUMP PODEM MUDAR A ECONOMIA MUNDIAL? ENTENDA.....	45
PETROLEIRA BP ANUNCIA CORTE DRÁSTICO EM ENERGIA VERDE E MAIS INVESTIMENTO EM ÓLEO E GÁS.....	49
VALOR ECONÔMICO (SP).....	50
ELOGIOS PÚBLICOS DE GLEISI, RUI COSTA E SILVEIRA INDICAM CAMPANHA DE DESAGRAVO A HADDAD.....	50
GOVERNO NÃO PODE 'FICAR EM DEPRESSÃO', DIZ RUI COSTA APÓS PESQUISA MOSTRAR DESAPROVAÇÃO DE LULA ACIMA DE 60% EM SEIS ESTADOS.....	52
ASSINADO CONTRATO PARA NOVO TERMINAL PORTUÁRIO EM ITAGUAÍ.....	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
CONPORTOS APROVA PLANO DE SEGURANÇA PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	55
PORTOSRIO REGISTRA RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2024.....	56
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO BRASIL ATINGE RECORDE DE 1,32 BILHÃO DE TONELADAS EM 2024.....	56
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COMITIVA PORTO & MAR FARÁ IMERSÃO NO VALE DO SILÍCIO, NOS EUA, EM MAIO

Agenda do Grupo Tribuna, entre os dias 26 e 30, inclui visitas a importantes portos da Costa Oeste americana

Por Alexandre Lopes



Um dos destaques em Seattle será o Porto de Everett, especializado em embarques de carga a granel e no suporte ao setor aeroespacial, atendendo programas de grande porte (AdobeStock)

Em um movimento estratégico para ampliar conhecimentos, estabelecer novas parcerias e impulsionar o desenvolvimento do setor portuário brasileiro, a Comitativa Porto & Mar, do Grupo Tribuna, composta por autoridades e empresários, embarcará em uma imersão nos Estados Unidos no mês de maio.

A agenda, entre os dias 26 e 30, inclui visitas a importantes portos da Costa Oeste americana, encontros com especialistas em descarbonização marítima e a exploração das mais avançadas inovações tecnológicas no Vale do Silício.

A primeira parada será em Seattle, um dos principais hubs tecnológicos dos EUA e lar de gigantes como Microsoft e Amazon. A cidade também abriga um dos portos mais influentes do país. A comitativa visitará a Northwest Seaport Alliance, entidade que administra as operações conjuntas dos portos de Seattle e Tacoma, promovendo eficiência e inovação na movimentação de cargas.

Outro destaque da agenda em Seattle será a visita ao Porto de Everett, especializado em embarques de carga a granel e no suporte ao setor aeroespacial, atendendo programas de grande porte como o Boeing 767 e 777.

A comitativa também se reunirá com representantes da Washington Maritime Blue, um cluster industrial que lidera iniciativas de descarbonização portuária e marítima. Essa troca de experiências pode gerar insights valiosos sobre estratégias sustentáveis para os portos brasileiros.



Maxwell Rodrigues (Divulgação)

“O Grupo Tribuna vem proporcionando imersões inéditas para o setor portuário no universo disruptivo da tecnologia. Além de tratar o tema de forma inédita, contribui para o entendimento de todos os stakeholders da importância de gerir, administrar dados e integrações entre o setor público e privado. Assim, os portos do Brasil estarão sempre na vanguarda.”, Maxwell Rodrigues, consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna

A segunda etapa da imersão levará o grupo para São Francisco, onde estará no foco das discussões o Porto de Oakland, um dos mais movimentados dos Estados Unidos e essencial para o comércio transpacífico. A visita ao porto permitirá compreender melhor a estrutura de gestão, os desafios logísticos e as soluções inovadoras adotadas.

Automação

O contato com empresas de tecnologia do setor portuário, de transportes e logística também estará na pauta, reforçando a necessidade de maior digitalização e automação das operações portuárias brasileiras. O networking será uma oportunidade para estabelecer possíveis parcerias e atrair investimentos.

Vale do Silício

Para encerrar a imersão, a comitiva seguirá para o Vale do Silício, berço das maiores inovações tecnológicas do mundo. O grupo visitará gigantes do setor como Intel, Google, Apple, Facebook, Twitter, Netflix, LinkedIn e Oracle.

Os principais desafios discutidos incluirão a gestão de dados no setor portuário e o impacto da inteligência artificial na logística e operações marítimas. A ideia é trazer para o Brasil soluções inovadoras que possam ser implementadas nos portos nacionais, aprimorando a eficiência e competitividade do setor.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/02/2025

AUTORIDADES DISCUTEM INSTALAÇÃO DE PÁTIO PARA CAMINHÕES EM CUBATÃO, SÃO PAULO; SAIBA OS DETALHES

Projeto da Autoridade Portuária na Ilha do Tatu, ao lado do Viaduto Mario Covas, foi discutido na Câmara

Por ATribuna.com.br



Câmara de Cubatão discutiu projeto que prevê pátio para caminhões na cidade (Divulgação/Câmara de Cubatão)

Uma audiência pública convocada pela Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente da Baixada Santista, da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), debateu, na noite de segunda-feira (24), na Câmara de Cubatão, a instalação de um condomínio logístico na Ilha do Tatu. A Autoridade Portuária de Santos (APS) quer usar a área verde da União, ao lado do Viaduto Mario Covas, para

estacionamento de 1.020 caminhões.

A mesa dos trabalhos foi formada pelo presidente da Frente, o deputado estadual Mário Maurici (PT); o vice-presidente da Câmara, o vereador Jair do Bar (PSDB); o superintendente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da Autoridade Portuária de Santos (APS), Sidnei Aranha; o coordenador do escritório regional da Superintendência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e a vice-prefeita Andrea Castro (PSD).

Aranha apresentou o projeto e explicou que as tratativas começaram em 2021, com ofícios enviados à Prefeitura. Segundo ele, a proposta é autorizada pelo Plano Diretor da Cidade e tem como objetivo disciplinar o fluxo de caminhões nas proximidades do Jardim Casqueiro. Entre os impactos positivos, Aranha cita a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação municipal, o apoio ao desenvolvimento regional e a redução do tráfego em áreas urbanas.

A vice-prefeita criticou a postura da APS no processo. Ela comentou que a Prefeitura tentou dialogar, mas não obteve resposta. A representante do Poder Executivo lembrou que o prefeito César Nascimento (PSD) ofereceu, no dia 12, uma área pertencente ao Município, no Polo Industrial, como alternativa.

O vereador Guilherme Amaral (PSD) disse que a proposta da APS fere a alma da população da Cidade e aumenta o sentimento de que o município é o "quintal das cidades praianas". Para o

parlamentar, o órgão federal precisa compreender que Cubatão tem soberania para decidir o que é melhor para os seus cidadãos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/02/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

GRUPO CHINÊS PODE ADQUIRIR MINERADORA EM AL E AMPLIAR EXPORTAÇÕES DE COBRE

Atualmente, a China é o principal destino do concentrado de cobre produzido em Alagoas pela Mineração Vale Verde

Por Vanessa Siqueira vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Primeiro embarque do ano da Mineradora Vale Verde saindo de Maceió foi realizado para o porto de Qingdao, na China. Foto: Mineradora Vale Verde

A Mineração Vale Verde iniciou sua agenda de exportações do ano de 2025 realizando o primeiro embarque de minério de cobre. Mais de 9,3 mil toneladas do minério partiram do Porto de Maceió em direção ao Porto de Qingdao, na China, através do navio Chayanee Naree. A China é atualmente a maior compradora do minério produzido em Alagoas e o grupo chinês Baiyin Nonferrous (BNMC) pode se tornar proprietário da unidade

de Craíbas, caso a negociação avance com a Appian Capital Advisory, detentora do empreendimento em Alagoas.

A informação sobre a negociação entre a Appian Capital Advisory e o grupo chinês envolvendo a Mineradora Vale Verde foi divulgada pela coluna Broadcast, do jornal Estado de São Paulo.

Segundo apuração da coluna, a transação envolve cerca de US\$ 500 milhões e recebeu aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no mês de dezembro do ano passado. Resta agora aprovação do grupo chinês BNMC para que possa ser concluído.

Por meio de nota enviada ao Movimento Econômico, a Mineração Vale Verde informou que “Como o maior investidor de capital privado em metais e mineração do mundo, a Appian Capital está constantemente analisando oportunidades para otimizar seu portfólio e maximizar o retorno financeiro aos investidores, mas não comenta sobre seus processos de aquisições e/ou vendas em andamento”.



A MVV já exportou 300 mil toneladas secas (dmt) de concentrado de cobre desde o início de sua operação em Alagoas. Foto: Mineradora Vale Verde

China é maior compradora do minério de Alagoas

Única mineradora instalada em Alagoas que explora minério de cobre, a Mineração Vale Verde foi responsável por inserir Alagoas no mapa das exportações e garantir laços sólidos com diversos países.

Desde o início de suas operações, a MVV já exportou 300 mil toneladas secas (dmt) de concentrado de cobre, totalizando 29 embarques já contando com o realizado este mês.

A China aparece como a maior parceira comercial, com 18 envios, seguido da Finlândia, que já realizou nove importações do cobre alagoano, além de uma operação para a Índia e outra para a Polônia.

De acordo com o relatório anual do Centro Internacional de Negócios de Alagoas (CIN/AL), da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) — que distribui informações regulares sobre a Balança Comercial alagoana —, no acumulado do ano de 2024, as exportações alagoanas somaram US\$ 900,8 milhões, tendo uma queda de -4,5% em relação ao ano anterior. As importações somaram US\$ 865,6 milhões, com um crescimento de 21,34%, apresentando um superávit de US\$ 35,2 milhões.

“Alagoas se destacou pelo fortalecimento dos produtos de sua pauta exportadora, tendo o açúcar como o principal produto exportado e mantendo o minério de cobre como o segundo maior produto da pauta e posicionando Craibas como o maior município exportador do Estado”, pontua o relatório do CIN/AL.

O gerente geral da MVV, Breno Martins, enfatizou que o trabalho exercido na Mina Serrote é reflexo de uma operação que age sempre de forma segura, responsável e inteligente. “O legado que estamos deixando no Agreste alagoano é imenso! Só Craibas teve percentual de 28,1% em meio aos municípios exportadores, sendo o concentrado de cobre responsável por 20,5% desse mesmo número. Seguimos um caminho coeso, fazendo uma mineração sustentável no coração do nosso estado, com o intuito de ajudar mais e mais na revolução energética já em curso pelo mundo, através do nosso ‘metal verde’”, diz Martins.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 26/02/2025

BNB E SUDENE APRESENTAM BENEFÍCIOS DO REINVESTIMENTO A EMPRESÁRIOS PERNAMBUCANOS

Empresários podem utilizar o Reinvestimento para a compra de novas máquinas, para a modernização das empresas ou para capital de giro

Por Allan Peterson



Empresas podem utilizar até 30% do imposto de renda para adquirir o Reinvestimento. Foto: Jullyanna Rodrigues/BNB

Empresas instaladas em Pernambuco, em outros estados do Nordeste e em partes de Minas Gerais e do Espírito Santo podem utilizar até 30% do Imposto de Renda devido para modernizar seus negócios. O benefício fiscal, conhecido como Reinvestimento, é concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e operacionalizado pelo Banco do Nordeste. No entanto, em Pernambuco, alguns empresários ainda não utilizam essa vantagem,

disponível desde 1968.

Para mudar esse cenário e incentivar mais empresas dentro da área de atuação das duas instituições a aproveitarem o Reinvestimento, o Banco do Nordeste realizou, nesta terça-feira (25), o Seminário Estadual de Reinvestimento, na Superintendência Estadual de Pernambuco, no Recife.

O superintendente do Banco do Nordeste, Hugo Queiroz, destacou a necessidade de apresentar o Reinvestimento aos empresários do estado e da região. “É importante lembrar que o Nordeste é reconhecidamente menos favorecido economicamente em relação a outras regiões do país. Por isso, precisamos garantir que os empresários da região utilizem todos os benefícios que o governo federal disponibiliza, como o Reinvestimento”, pontuou.



A gerente executiva do BNB explicou como adquirir o Reinvestimento do BNB. Foto: Jullyanna Rodrigues/BNB

Como adquirir o Reinvestimento

Segundo a gerente executiva do Banco do Nordeste, Sílvia Kelly, o Reinvestimento pode ser utilizado para a compra de novas máquinas, sejam nacionais ou importadas, para a modernização da infraestrutura das empresas ou para capital de giro. O benefício é válido apenas para empresas que optam pelo regime de tributação de lucro real e atuam nos setores enquadrados pelo Decreto 4.13/2000, como agroindústria, indústria, infraestrutura e turismo.

“Na prática, o empresário deixa de pagar 30% do Imposto de Renda e deposita esse valor, acrescido de 50% de recursos próprios, em uma conta do Banco do Nordeste, que é remunerada pela taxa Selic. Quando ele decidir retirar o dinheiro, deverá apresentar um pleito à Sudene, responsável pela liberação do valor do Reinvestimento”, explicou.

A gerente executiva do Banco do Nordeste também esclareceu que a instituição oferece uma linha de crédito para empresários que não possuem recursos financeiros no momento, mas desejam solicitar o Reinvestimento. “O Banco do Nordeste possui uma linha de crédito destinada aos empreendedores que não têm os 50% necessários para pleitear o Reinvestimento.”

Além disso, empresários que não possuem vínculo anterior com o Banco do Nordeste também podem solicitar o Reinvestimento. Para isso, devem assinar uma declaração disponibilizada pela instituição financeira no momento da solicitação.

Sudene aprovou mais de 600 pleitos de Reinvestimento

De acordo com a Sudene, no ano passado foram aprovados 613 pleitos de Reinvestimento distribuídos na área de atuação da autarquia, que abrange todo o Nordeste e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo. “Em 2024, aprovamos 94 pleitos de Reinvestimento em Pernambuco e 84 no Ceará. O estado da Bahia foi o que mais teve aprovações, com 154 projetos”, destacou Silvío Carlos, coordenador-geral da Área de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros da Sudene.

Em 2024, os pleitos de Reinvestimento em Pernambuco totalizaram R\$ 40 milhões, valor que, considerando o PIB de R\$ 200 bilhões do Estado, ainda pode ir mais longe à medida que os empresários entendem a vantagem do incentivo. “Esta é mais uma oportunidade para vocês, que estão numa luta árdua para empreender, poderem modernizar seus negócios”, declarou o superintendente do BNB em Pernambuco, Hugo Queiroz,

Com a reforma tributária aprovada, o Reinvestimento e outros incentivos fiscais para o Nordeste estão garantidos até 2028. Para Hugo Queiroz, embora essa mudança possa inibir a vinda de investidores para a região, a legislação garante o direito ao “benefício futuro” caso a empresa entre em operação após 2028. “Ela pode solicitar o Reinvestimento quando estiver operando com 20% da sua capacidade instalada”, explicou.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 26/02/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PRF PARA O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

A parceria poderá contribuir no fechamento do ciclo de informações e na produção de conhecimento de forma mais assertiva



Brasília, 26/02/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) firmou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para o aprimoramento das atividades de inteligência.

A parceria vai auxiliar no desenvolvimento e aprimoramento dessas atividades, o que vai contribuir para o fechamento do ciclo de informações e para a produção do conhecimento de inteligência de forma mais assertiva.

Entre as obrigações da ANTAQ estão o fornecimento de um webservice, em tempo real, com dados e informações relativas ao transporte de carga e de passageiros e a promoção e a adequação dos instrumentos legais de cadastro desses transportadores.

Por parte da PRF, o intuito é que sejam cedidos tecnologia e pessoal para o cumprimento do acordo e auxílio no desenvolvimento do material didático para o uso das ferramentas que sejam utilizadas e na preparação da infraestrutura para implantação da ferramenta.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 26/02/2025



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA EDITAL PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Presidente Lula, ministro Silvio Costa Filho e governo de São Paulo participam de cerimônia de início do processo licitatório

O Governo Federal realiza, nesta quinta-feira (27), a cerimônia de anúncio do edital para a construção do tão aguardado túnel Santos-Guarujá, um marco na infraestrutura nacional. Com investimento estimado em R\$ 6 bilhões, a obra garantirá mais mobilidade e eficiência logística para a Baixada Santista.

O evento contará com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de demais autoridades. Na ocasião, será oficializado o processo licitatório da maior obra de infraestrutura do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Este será o primeiro túnel submerso do Brasil e o maior da América Latina, trazendo mais segurança e agilidade no deslocamento entre Santos e Guarujá. Com 1,5 km de extensão – sendo 870 metros imersos –, o túnel contará com três faixas de rolamento por sentido, incluindo uma exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de acessos dedicados para pedestres e ciclistas.

Além do anúncio do edital, a cerimônia marcará a assinatura da renovação antecipada da delegação do Porto Organizado de São Sebastião por mais 25 anos, estendendo sua vigência de 2032 para 2057.

Outro destaque do evento será a assinatura de um acordo extrajudicial coletivo entre as autoridades portuárias patrocinadoras e o Instituto Portus, mediado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O acordo, que envolve valores em litígio de R\$ 5 bilhões, representa um avanço significativo para a garantia de direitos trabalhistas, beneficiando pensionistas, assegurando aposentadorias e reduzindo passivos das Administrações Portuárias.

Credenciamento

A solicitação de credenciamento deve ser feita até as 19h desta quarta-feira (26) pelo Sistema de Credenciamento de Imprensa no site do Palácio do Planalto (clique no link para acessar). Os profissionais com credenciamento anual devem solicitar a participação.

Serviço

O que: Lançamento do edital do projeto do túnel imerso Santos-Guarujá

Onde: Parque Valongo Porto de Santos (SP)- Av. Antônio Prado, s/nº - Valongo, Santos - SP, 11013-161

Quando: quinta-feira, 27 de fevereiro

Horário: 10h30

Credenciamento: orientamos os profissionais dos veículos de imprensa a chegarem com antecedência, de 9h às 10h, ao local do evento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/02/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MATO GROSSO DO SUL LIDERA RANKING DE CIDADES INTEGRADAS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

A integração ao sistema permite que municípios tenham acesso a recursos financeiros e técnicos oferecidos pelo Governo Federal, incluindo capacitação e contratação de profissionais especializados

Mato Grosso do Sul lidera o ranking de adesão ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), com 100% dos seus municípios integrados. Em segundo lugar, aparece o Rio Grande do Sul, onde 488 cidades participam do sistema, o que representa 98% do total. O Rio de Janeiro ocupa a terceira posição, com 84% de adesão dos municípios. A divulgação de rankings com índices relacionados ao trânsito brasileiro é uma iniciativa do Programa Monitora, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). O objetivo é promover transparência e incentivar a melhoria da gestão do trânsito em todo o país.



participação. No Tocantins, apenas sete dos 139 municípios fazem parte do SNT, o que representa apenas 5% do total. Já no Piauí, somente 14 das 224 cidades estão integradas, o equivalente a apenas 6% do estado.

A Senatran trabalha continuamente para conscientizar estados e municípios sobre a necessidade de integração ao sistema. A proposta é construir soluções mais eficazes, promover um trânsito mais seguro, organizado e reduzir o número de sinistros nas cidades.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 26/02/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O CAFÉ BRASILEIRO E OS DESAFIOS LOGÍSTICOS NO PORTO DE SANTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Santos, protagonista no escoamento do café brasileiro para o mundo, enfrenta um desafio que exige atenção imediata: a inconstância e os atrasos nas escalas dos navios. A situação, que se arrasta por meses, impacta diretamente a competitividade do café brasileiro no mercado internacional e gera prejuízos milionários para produtores e exportadores.

A integração ao sistema viabiliza aos municípios benefícios como a aquisição de materiais para educação no trânsito, realização de campanhas educativas, capacitação técnica, além do apoio na implementação de políticas públicas de trânsito. As informações para realizar a integração estão disponíveis no Guia de Municipalização.

ranking mato grosso

A adesão também habilita os municípios ao Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), permitindo a arrecadação de multas autuadas, além de facilitar parcerias com o Ministério das Cidades para a implementação de planos de mobilidade urbana.

De acordo com a Senatran, a municipalização do trânsito é essencial para melhorar a gestão, diagnosticar problemas locais e propor soluções eficazes, ajustadas às realidades de cada município. Essa prática também demonstra o compromisso das cidades com a segurança da população, promovendo uma sociedade mais consciente e responsável.

Apesar da importância do mecanismo, o Brasil ainda enfrenta desafios na adesão ao SNT. Dos 5.580 municípios do país, apenas 1.941 estão integrados, segundo dados do Ministério dos Transportes. As regiões Norte e Nordeste apresentam os índices mais baixos de



A análise dos dados revela um cenário preocupante. As frequentes alterações de escala, os atrasos na abertura dos gates e os longos períodos de espera para embarque prejudicam a eficiência das operações e aumentam os custos logísticos. A perda potencial de receita, que ultrapassa a casa dos milhões de dólares, é um sinal de alerta para a necessidade de ações urgentes.

O café brasileiro, reconhecido por sua qualidade e sabor, é um produto estratégico para a economia do País. No entanto, a falta de previsibilidade e a ineficiência logística comprometem a competitividade do produto no mercado internacional. A concorrência com outros países produtores, que oferecem condições mais favoráveis, torna-se ainda mais acirrada.

É fundamental que as autoridades portuárias, o Governo Federal e os agentes privados do setor trabalhem em conjunto para encontrar soluções que garantam a regularidade das escalas dos navios e a agilidade nos processos de embarque. A modernização da infraestrutura portuária, a otimização dos processos de gestão e a adoção de novas tecnologias são medidas que podem contribuir para a melhoria da logística do café.

A transparência e o diálogo entre os diferentes atores envolvidos são essenciais para a construção de soluções duradouras. A troca de informações e a busca por consensos são fundamentais para garantir que as decisões tomadas atendam às necessidades do setor e promovam o desenvolvimento sustentável do Porto de Santos.

O café brasileiro não pode esperar. A urgência de soluções para os desafios logísticos enfrentados no Porto de Santos é um imperativo para a competitividade do setor e para o futuro da economia brasileira.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/02/2025*

NACIONAL - HUB – CURTAS - BNDES E FINEP DESNAM R\$ 3 BILHÕES PARA CENTROS DE INOVAÇÃO

Por **LEPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PD&I 1

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram uma chamada pública para selecionar propostas para a atração, implantação ou expansão de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I) no Brasil. Além de empresas brasileiras, o processo está aberto à recepção de propostas de companhias estrangeiras que queiram trazer competências tecnológicas para o Brasil.

PD&I 2

A chamada pública tem orçamento de R\$ 3 bilhões para apoiar os centros com os instrumentos de crédito, participação acionária, recursos não-reembolsáveis para projetos cooperativos entre empresas e instituições tecnológicas e subvenção econômica, operados pelo BNDES ou pela Finep. Nos centros de PD&I, as atividades incluem pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento de produtos, testes e validação, além de colaboração com universidades e outras instituições.

PD&I 3

As propostas devem contemplar a implantação ou a expansão de centros próprios de PD&I para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação relacionadas a, pelo menos, uma das missões da Nova Indústria Brasil (NIB), política de desenvolvimento industrial do governo federal. E deverão contemplar a necessidade de crédito superior a R\$ 10 milhões para centros a serem instalados ou expandidos nas regiões Norte e Nordeste, e acima de R\$ 20 milhões para as demais Regiões. O prazo de execução das propostas pode ser de até 36 meses.

CONCESSÕES 1

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o Governo Federal está fechando um texto com o Congresso Nacional para modernizar a legislação atual sobre concessões e parcerias público-

privadas (PPPs). Segundo ele, o marco legal de concessões e PPPs no Brasil é satisfatório, mas sofreu mudanças nos últimos 20 anos.

CONCESSÕES 2

“Tem pequenas brechas que nós podemos melhorar para dar mais garantia tanto para o gestor público quanto para o empresário participar das licitações”, disse o ministro. Segundo Haddad, a previsão é de que essa lei possa ser aprovada na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano, fazendo com que ela se torne “uma legislação mais robusta, mais segura e mais transparente para que haja mais investimento”.

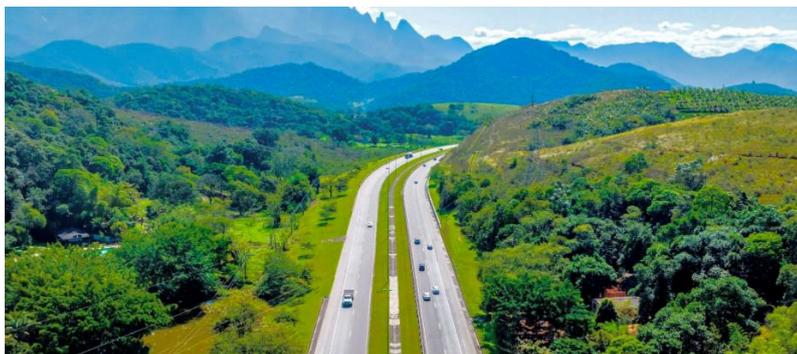
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/02/2025

NACIONAL - BNDES APROVA R\$ 7,3 BI PARA MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ENTRE MG E RJ

Investimento prevê duplicação de 303 km, recuperação do Arco Metropolitano e implantação de free flow

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O trecho sob concessão tem 727 km e inclui a única rota terrestre para contornar a Baía de Guanabara, oferecendo acesso à Região dos Lagos e às regiões Norte e Nordeste do país. Foto: Divulgação/EcoRioMinas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou nesta semana um apoio financeiro no valor de R\$ 7,3 bilhões para que a concessionária EcoRioMinas possa investir em três rodovias federais, abrangendo trechos da BR-116, BR-465 e BR-493, entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Do total de recursos, R\$ 663,4 milhões correspondem à linha de crédito Finem (financiamento para projetos de investimento) e R\$ 6,6 bilhões em debêntures subscritas pelo Banco, em emissão que contou com a coordenação do BNDES, em conjunto com o BTG Pactual e Bradesco.

“O projeto aprovado está em sintonia com a diretriz de modernização do setor, que permitirá que as rodovias brasileiras sejam capazes de garantir o escoamento da produção nacional, além de trazer mais segurança e conforto para os usuários. O novo financiamento, estruturado pelo BNDES, com o apoio de bancos privados, beneficiará o dia a dia de brasileiros que percorrem a rodovia, que possui mais de 700 quilômetros entre Rio e Minas”, disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

A rodovia liga a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ) a Governador Valadares (MG). O trecho foi concedido em maio de 2022 e prevê investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões até 2030. As obras devem gerar mais de 24 mil empregos diretos e indiretos. O projeto integra o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal.

Com os recursos contratados, a concessionária vai adquirir equipamentos, sistemas e veículos e aumentará a capacidade da rodovia para suportar o crescente volume de tráfego, especialmente em regiões de maior densidade populacional e atividade econômica.

Para isso, serão duplicados 303,2 quilômetros de vias e construídas mais de 255 km de faixas adicionais em trechos de subidas e locais com grande tráfego de veículos de carga. A ampliação da capacidade também inclui a criação de vias marginais, totalizando 85 quilômetros. Também fazem



parte do projeto a recuperação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e a adoção do freeflow (cobrança automatizada sem passagem por cabine ou cancela) na Região Metropolitana da capital.

“A parceria com o BNDES foi essencial para viabilizar uma solução financeira customizada, combinando diferentes produtos de crédito. A combinação permitiu a estruturação dos financiamentos de longo prazo, que, aliada à geração de caixa da concessionária, assegura a execução dos investimentos previstos para a ampliação da capacidade, modernização e melhorias na EcoRioMinas. Esses recursos impulsionarão o desenvolvimento regional e a geração de empregos, além de proporcionar mais fluidez e segurança para os usuários”, afirmou Andrea Fernandes, diretora de Finanças Corporativas do Grupo EcoRodovias.

Debêntures

A operação contou com uma estrutura de financiamento estruturado, com várias séries de debêntures, dentre elas, uma na modalidade backstop, que pode vir a ser substituída por emissões futuras em condições mais favoráveis para o projeto. Já na primeira série, no montante de R\$ 1,35 bilhão, integralizados no último dia 20 de fevereiro, 50% de seu volume foi adquirido pelo mercado.

O trecho sob concessão tem um total de 727 quilômetros e inclui a única rota terrestre para contornar a Baía de Guanabara, oferecendo acesso à Região dos Lagos e às regiões Norte e Nordeste do país.

O tráfego é predominantemente composto por veículos pesados, especialmente caminhões, para o escoamento de mercadorias entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

A rodovia é amplamente utilizada por setores como a agricultura, com o transporte de grãos e café, e pela indústria de mineração e siderurgia, principalmente com o transporte de minério de ferro e produtos industriais. Além disso, o acesso ao Porto de Itaguaí intensifica o uso da via para exportação e importação de bens.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/02/2025*

NACIONAL - LUCRO DO BNDES CRESCE 20,5% E ATINGE R\$ 26,4 BILHÕES EM 2024

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou um lucro de R\$ 26,4 bilhões em 2024, representando um aumento de 20,5% em relação ao ano anterior. As aprovações de crédito e garantias totalizaram R\$ 276,5 bilhões, marcando a maior injeção de recursos na economia na história da instituição.

Pela primeira vez desde 2018, o crédito destinado à indústria (R\$ 52,4 bilhões) superou o direcionado à agropecuária (R\$ 52,3 bilhões). A carteira de crédito alcançou R\$ 584,8 bilhões, o maior valor desde 2017, enquanto a inadimplência permaneceu em 0,001%, a menor do sistema financeiro nacional.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que “temos um valor recorde nominal em impacto em créditos da economia de R\$ 276,5 bilhões”. O diretor financeiro, Alexandre Abreu, ressaltou que “pela primeira vez desde 2017 o crédito para indústria supera o crédito para o agronegócio”.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/02/2025*

REGIÃO SUDESTE - BÚZIOS ATINGE RECORDE DE PRODUÇÃO COM 800 MIL BARRIS DIÁRIOS

Com a chegada da plataforma Almirante Tamandaré, campo no pré-sal amplia potencial e mira 1 milhão de barris por dia

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Almirante Tamandaré iniciou suas atividades no último dia 15 no Campo de Búzios, que fica no pré-sal da Bacia de Santos, a aproximadamente 180 km da costa do Rio de Janeiro. Foto: Divulgação/SBM

O Campo de Búzios, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, atingiu um novo recorde: 800 mil barris de petróleo produzidos diariamente. Desde o início de sua operação, em 2018, o campo, que fica a aproximadamente 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, consolidou-se como o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, ficando atrás apenas do Campo de Tupi. O resultado foi alcançado com a entrada em operação da sexta FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), o navio-plataforma Almirante Tamandaré, que iniciou suas atividades no último dia 15. No local, já operam outras cinco unidades: as plataformas P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso.

“Esse grande marco de produção é fruto sobretudo do empenho incansável das equipes de diferentes áreas da Petrobras. A companhia está empenhada em produzir de forma sustentável, buscando a aplicação de novas tecnologias. Sabemos da responsabilidade que temos em prover energia para ajudar a mover o país. Por isso, celebramos esse recorde conscientes de que precisamos seguir nessa trajetória, desenvolvendo as nossas reservas e buscando novas fronteiras exploratórias”, afirma a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

Segundo a Petrobras, a chegada da Almirante Tamandaré, maior unidade do tipo em operação no Brasil, ampliou o potencial de Búzios. Com capacidade para produzir até 225 mil barris de óleo e processar 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia, a plataforma, que veio ao país em outubro após ser construída no estaleiro CMHI, na China, será peça-chave para os próximos avanços na produção.

“Com a entrada da FPSO Almirante Tamandaré, nossa expectativa é atingir, em pouco tempo, um novo marco de produção diária em Búzios: 1 milhão de barris. Além disso, para um futuro próximo, com novas unidades previstas, o potencial de produção de Búzios deve chegar a 1,5 milhão de barris por dia até 2030”, explica a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos.

O campo já vinha quebrando recordes antes da nova marca. O recorde anterior havia sido registrado em janeiro de 2024, quando foram produzidos 782 mil barris por dia. Em março deste ano, a produção acumulada do campo alcançou 1 bilhão de barris extraídos. Operado pela Petrobras em parceria com CNOOC, CNPC e PPSA, Búzios abriga os poços mais produtivos do Brasil, localizados a mais de 2 mil metros de profundidade. Seu reservatório tem uma espessura comparável à altura do Pão de Açúcar e ocupa uma área superior ao dobro da Baía de Guanabara.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025

SANTOS EXPORT - COM FOCO NO PORTO, SANTOS EXPORT ENTRA EM CONTAGEM REGRESSIVA

Após o sucesso do Pernambuco Export, evento em Santos discutirá expansão portuária, novos investimentos logísticos e inovações no setor

Por NÚRIA BIANCO nuria.bianco@redebeneews.com.br

Depois do sucesso do Pernambuco Export, realizado nos dias 20 e 21 deste mês, no Recife, o Grupo Brasil Export se prepara para realizar o fórum Santos Export, no litoral de São Paulo. O maior encontro do setor de transporte e infraestrutura voltado ao que acontece no principal complexo

marítimo da América Latina acontecerá nos próximos dias 18 e 19 de março, no Santos Convention Center.



A programação deste ano contará com painéis técnicos e debates sobre os planos de ampliação do Porto de Santos, com a licitação, por exemplo, da área Tecon Santos 10. Foto: Divulgação/APS

“Com duas décadas de história, o Santos Export se consolidou como o principal fórum de debates da região. Tanto que entrou no calendário oficial de eventos da Prefeitura e é reconhecido por autoridades e empresários de todo o país”, destaca o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião.

A programação deste ano contará com painéis técnicos e debates sobre os planos de ampliação do maior porto da América Latina, com a licitação da área Tecon Santos 10 (anteriormente chamado STS 10), e também envolvendo a implantação de corredores logísticos e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Além das operações portuárias, outros modais de transporte estarão em foco, em especial com a expectativa pelo Aeroporto de Guarujá e as possibilidades proporcionadas pelo Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais (AmpliAR). Os acessos rodoviários e ferroviários e os gargalos logísticos que impactam diretamente nas exportações e importações brasileiras também serão abordados no fórum.

“Todos os anos tentamos trazer os assuntos que mais interessam ao setor. É a oportunidade de reunir os empresários com autoridades locais e nacionais, além de especialistas, prestadores de serviço e demais envolvidos nas operações. Temos a participação de ministros de Estado e do Judiciário, além de diretores das agências reguladoras que são nossas parceiras técnicas”, conta o diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export, Bruno Merlin. Ele cita como agências parceiras a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq); e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Uma novidade de 2025 é o reforço na pauta de transformação digital, com painéis voltados para novas tecnologias e participação de especialistas internacionais e grandes nomes do ecossistema de inovação.

O InfraJur – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transporte, que acontece pelo terceiro ano consecutivo, vai abordar o marco legal portuário, a relação entre empresas e trabalhadores, mudanças nas regulamentações e novos entendimentos nas instâncias superiores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/02/2025

PORTO DE SANTOS - LULA ESTARÁ NO LANÇAMENTO DE EDITAL DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Presidente e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, além de outras autoridades, estarão em Santos no próximo dia 27

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br

O Palácio do Planalto confirmou nesta terça-feira (25) a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no lançamento do edital do túnel Santos-Guarujá que será realizado na próxima quinta-feira (27) em evento no Parque Valongo, a partir das 10h30.

Além de Lula, estão confirmados a presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.



Presidente e governador de SP vão participar de cerimônia no Parque Valongo, em Santos. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O túnel Santos-Guarujá é o maior projeto de infraestrutura que está contida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A obra está orçada em R\$ 6 bilhões e receberá recursos tanto do Governo Federal quanto do Governo do Estado.

O túnel será o primeiro submerso do Brasil, com 1,5 km de extensão — 870 metros imersos — e terá três faixas de rolamento por sentido, incluindo uma faixa exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Em sua última visita à Baixada Santista, Tarcísio confirmou o leilão do túnel para 1º de agosto na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. A concessão terá duração de 30 anos e envolverá a construção, operação e manutenção do sistema, com remuneração por meio de pedágio, contraprestação pública, aporte público e receitas acessórias. O vencedor será definido pelo maior desconto oferecido sobre a contraprestação pública máxima.

Outros anúncios

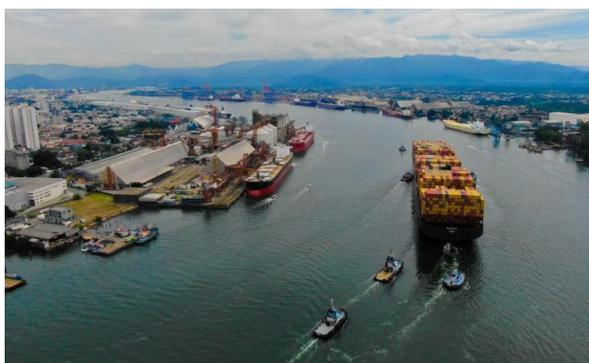
Segundo o Governo Federal, na cerimônia estão previstos ainda a celebração do Acordo de Recuperação Definitiva do Fundo de Pensão Portus; assinatura da renovação do Convênio de Delegação do Porto de São Sebastião; e assinatura de financiamento de R\$2,4 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a Linha 2 – Verde Metrô SP (Fase 1).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 26/02/2025

PORTO DE SANTOS - ATRASOS CONTÍNUOS COMPROMETEM EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

Segundo boletim produzido pela ElloX Digital com o Cecafé, 77% das embarcações no complexo tiveram alteração de escala em janeiro

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o Boletim Detention Zero, 77% das embarcações, ou 122 de 158 navios programados, sofreram atrasos ou alterações de escala no complexo portuário santista. Foto: Divulgação/APS

O Porto de Santos (SP) foi responsável por 75,3% das exportações de café do Brasil em janeiro deste ano, conforme o último relatório mensal do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Contudo, o complexo portuário enfrenta dificuldades logísticas que impactam diretamente a receita do setor. De acordo com o Boletim Detention Zero (DTZ), produzido pela startup ElloX Digital em colaboração com o próprio Cecafé, 77% das embarcações, ou 122 de 158 navios programados, sofreram atrasos ou alterações de escala.



Para se ter uma ideia do impacto, das 672.113 sacas de café (equivalentes a 2.037 contêineres) que não foram embarcadas nos portos brasileiros, 461.704 sacas (69% do total) estavam no Porto de Santos. Esse volume representou uma perda potencial de US\$ 226,05 milhões (R\$ 1,361 bilhão), com prejuízos logísticos de R\$ 6,134 milhões apenas em janeiro e R\$ 57,7 milhões acumulados desde junho de 2024.

O Porto de Santos permaneceu constantemente acima de 70% de alterações de escala durante todo o ano passado. O índice atingiu seu ponto mais alto em agosto, quando 86% dos navios (110 embarcações) sofreram alterações. Já o mês de outubro registrou o menor percentual, com 74% das embarcações (125) impactadas. Em janeiro deste ano houve queda de 7% em relação ao mês anterior. Em dezembro de 2024, o índice foi de 84% (132 navios).

O processo de embarque nos portos inicia com a abertura do gate, uma janela de tempo em que os caminhões podem acessar o terminal para descarregar mercadorias. A eficácia desse procedimento é crucial: se a abertura do gate for adiada, os contêineres não são carregados no prazo, o que gera atrasos no cronograma e custos extras de armazenagem e penalidades de detenção (taxas por devolução tardia de contêineres). Em janeiro, 40 navios não tiveram os gates abertos no Porto de Santos, impedindo o embarque das cargas programadas. Apenas 9% dos embarques ultrapassaram quatro dias de gate aberto. A maior parte (50%) ficou entre três e quatro dias, e 41% duraram menos de dois dias, prejudicando a eficiência das operações. Sete embarcações enfrentaram atrasos superiores a um mês, com duas delas aguardando até 40 dias para completar as operações.

Competitividade

As frequentes mudanças de escala e os prolongados atrasos causam um impacto também na competitividade do café brasileiro no mercado internacional. Com o aumento dos custos logísticos e a redução das receitas de exportação, produtores e exportadores enfrentam desafios crescentes para manter a rentabilidade.

Segundo Eduardo Heron, diretor técnico do Cecafé, “do volume total acumulado de 1,8 milhão de sacas que estava represado nos portos até dezembro de 2024, cerca de 1,2 milhão foi embarcado no mês passado”, o que justifica o volume robusto de 3,9 milhões de sacas exportadas pelo Brasil em janeiro. Ele observa que “o café que estava parado nos portos até dezembro vem saindo aos poucos, pois o Brasil está em período de entressafra e com menor oferta disponível”. Heron ainda destaca que “o país bateu um recorde anual de 50,5 milhões de sacas exportadas em 2024”.

Apesar de algumas melhorias pontuais, Heron ressalta que “o cenário logístico, apesar de apresentar melhoras em janeiro por conta da oferta reduzida, permanece desafiador, com muitos entraves e despesas adicionais elevadas, não previstas”. Ele acredita que “essa pseudo sensação de melhoria deve permanecer até a chegada da nova safra”. O diretor técnico também acrescenta que, embora haja investimentos anunciados nos portos, “o reflexo dessas medidas será sentido somente mais à frente”, e que o agronegócio nacional precisa de “ações céleres e urgentes” para evitar a continuidade dos prejuízos logísticos.

Heron destaca que “o esgotamento da infraestrutura nos portos é uma realidade que afeta diversas cargas containerizadas”. Ele também elogia os esforços dos terminais portuários e a busca por diálogo entre os agentes privados do comércio exterior e as autoridades públicas, afirmando que “é importante reconhecer a obstinada busca pelo diálogo, tanto dos agentes privados quanto das lideranças públicas, como as autoridades portuárias, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), que demonstram crescente interesse em informações reais, como os dados apurados pelo Cecafé, para entenderem os desafios e buscarem soluções”.

Santos segue como principal porta de saída do café

Principal via de exportação de café do Brasil, manteve uma participação importante no comércio exterior do produto em janeiro deste ano, apesar dos constantes desafios logísticos. Segundo dados

do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), o complexo portuário foi responsável por 75,3% das exportações de café em volume embarcado no mês, uma leve redução em relação aos 76,5% registrados no mesmo período de 2024.

Em termos absolutos, o volume de sacas de 60 kg embarcadas por Santos caiu de 3.093.261 sacas em janeiro do ano passado para 2.995.689 sacas em janeiro de 2025, uma redução de 3,1%. No entanto, o volume de café despachado pelo porto aumentou, passando de 2.749.148 sacas para 2.803.483 sacas, um avanço de 2%.

O resultado geral das exportações brasileiras de café também apresentou uma leve queda, passando de 4.042.546 sacas em janeiro de 2024 para 3.976.765 sacas no mesmo mês deste ano, o que representa uma diminuição de 1,6%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025

REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO ADOTA PADRÃO INTERNACIONAL PARA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Projeto do Lote Paranapanema prevê investimento de R\$ 4,7 bilhões e melhorias tecnológicas para reduzir acidentes

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O contrato de concessão do Lote Paranapanema terá uma duração de 30 anos e promete beneficiar diretamente 13 municípios da região sudoeste do estado de São Paulo. Foto: Divulgação/Governo de São Paulo

A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) de São Paulo, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), está preparando o lançamento do edital para a concessão de 282,3 quilômetros das rodovias que integram o projeto Lote Paranapanema. A

expectativa é que o edital seja lançado em abril deste ano, com o objetivo de promover melhorias na segurança viária e no tráfego, utilizando a metodologia iRAP (International Road Assessment Programme).

A metodologia iRAP é amplamente aplicada em diversos países e visa avaliar e classificar a segurança das rodovias com base em indicadores internacionais. Ela adota um conjunto de quatro protocolos, que incluem mapeamento de riscos, acompanhamento de desempenho, classificação das estradas por estrelas e a implementação de um plano de investimentos para a criação de estradas mais seguras. O objetivo é reduzir acidentes, melhorar a fluidez do tráfego e aumentar a segurança para motoristas e pedestres.

Para atingir esses objetivos, o projeto Lote Paranapanema prevê intervenções estratégicas nas rodovias, como a instalação de sinalização aprimorada, iluminação LED nas áreas urbanizadas e em dispositivos como passarelas e pontos de ônibus, além de dispositivos de segurança viária, como barreiras, defensas e sonorizadores, especialmente em áreas de maior tráfego. O sistema de segurança também será reforçado com a instalação de câmeras de circuito fechado de TV (CFTV) ao longo de toda a extensão do trecho concedido, permitindo uma intervenção rápida em casos de incidentes.

Além da cobertura de 100% por CFTV, o projeto prevê o uso de painéis de mensagens variáveis, que serão instalados ao longo das rodovias para informar os motoristas sobre condições de tráfego, alertas de incidentes e outras atualizações importantes. O sistema de comunicação sem fio também

será ampliado, melhorando a conectividade entre as áreas urbanas e os centros de controle, o que ajudará a aumentar a eficiência das operações e a gestão do tráfego nas rodovias.

Rodovia Raposo Tavares

O contrato de concessão do Lote Paranapanema terá uma duração de 30 anos e promete beneficiar diretamente 13 municípios da região sudoeste do estado de São Paulo. Foto: Divulgação/Governo de São Paulo

Outro ponto importante da concessão é o investimento de R\$ 4,7 bilhões, com a construção e ampliação de faixas adicionais, acostamentos, passarelas e a instalação de postes de paisagem dinâmicos. O contrato de concessão terá uma duração de 30 anos e beneficiará diretamente 13 municípios da região sudoeste do estado de São Paulo: Angatuba, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Itaí, Itapetininga, Ourinhos, Paranapanema, Piraju e Tejuπά.

O projeto também visa proporcionar melhorias nas condições de saúde e segurança com a criação de postos de atendimento pré-hospitalar, ambulâncias e caminhões guinchos. As medidas, combinadas com o investimento em tecnologia e infraestrutura, prometem transformar a região em um modelo de segurança viária no estado. A iniciativa busca melhorar o tráfego e proporcionar uma experiência mais segura e fluida para os motoristas, além de contribuir para o crescimento econômico das cidades atendidas.

Conectividade

Além disso, o projeto prevê melhorias na conectividade rodoviária da região, com a implantação de novos acessos, interseções e a modernização de infraestruturas viárias já existentes. A proposta inclui ainda a implementação de dispositivos para controlar o tráfego pesado, garantindo que os veículos de carga não comprometam a segurança das vias e proporcionando condições melhores de trafegabilidade para todos os usuários. Essas mudanças são vistas como um avanço crucial para a região sudoeste de São Paulo, trazendo benefícios econômicos e sociais de longo prazo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025

REGIÃO NORDESTE - GOVERNO FEDERAL LANÇA EDITAL PARA DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS NO PIAUÍ

Com investimento de R\$ 400 milhões, obras nas BRs-343 e 316 visam melhorar mobilidade, segurança viária e impulsionar o desenvolvimento regional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Com um investimento total de R\$ 400 milhões, serão duplicados 42 quilômetros das rodovias BR-343/PI (Teresina-Altos) e BR-316/PI (Demerval Lobão-Monsenhor Gil) Foto: Ministério da Infraestrutura

A infraestrutura viária da região metropolitana de Teresina, no Piauí, será ampliada com a duplicação de 42 quilômetros das rodovias BR-343/PI (Teresina-Altos) e BR-316/PI (Demerval Lobão-Monsenhor Gil). O Ministério dos Transportes publicou, nesta terça-feira (25), o edital de licitação para a contratação das obras, que receberão um investimento total de R\$ 400 milhões – R\$ 220 milhões destinados aos primeiros 20 quilômetros e R\$ 180 milhões para os 22 quilômetros seguintes. De acordo com a pasta, a iniciativa é fundamental para garantir uma mobilidade mais eficiente e segura para mais de um milhão de pessoas, contribuindo para a redução de congestionamentos e acidentes.

Até este ano, Teresina era a única capital brasileira sem acessos rodoviários duplicados. O ministro dos Transportes, Renan Filho, ressaltou que o investimento trará benefícios diretos para a população, impulsionando o desenvolvimento regional e modernizando a infraestrutura viária.

“A duplicação das rodovias reafirma o compromisso do governo federal com o progresso do Piauí, garantindo mais segurança, mobilidade e qualidade de vida para os cidadãos”, destacou.

Nos últimos dois anos, o Ministério dos Transportes já entregou três obras na região metropolitana, com avanços significativos para a mobilidade urbana. Foram inauguradas as obras do Viaduto do Mercado do Peixe, Trincheira Ladeira do Uruguai – um ponto estratégico que interliga importantes vias da cidade e que, anteriormente, sofria com congestionamentos severos – e a duplicação da BR-316 no trecho Teresina-Demerval Lobão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025

REGIÃO SUL - DER-PR REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOS MINÉRIOS

Projeto de 8,3 km entre Almirante Tamandaré e Jardim Areias inclui viadutos, pavimentação em concreto e melhorias para o tráfego

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



A obra terá 8,3 quilômetros de extensão, iniciando no km 15+520 até o km 23+820. A pista central será de pavimento rígido de concreto, com placas de 25 centímetros de espessura. Foto: Reprodução/DER-PR

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), autarquia da Secretaria de Infraestrutura e Logística, realizou na segunda-feira (24) uma audiência pública sobre a obra de duplicação em concreto da PR-092 (Rodovia dos Minérios) entre o perímetro urbano de Almirante Tamandaré e a

localidade de Jardim Areias, na Região Metropolitana de Curitiba.

O evento foi realizado no auditório da sede do DER-PR em Curitiba, e transmitido ao vivo pela internet utilizando a plataforma YouTube. Interessados podem assistir a gravação, consultar o material para consulta no portal do departamento e encaminhar seus questionamentos e sugestões durante os próximos cinco dias úteis, para que sejam analisados e respondidos publicamente.

A obra terá 8,3 quilômetros de extensão, iniciando no km 15+520 até o km 23+820. A pista central será de pavimento rígido de concreto, com placas de 25 centímetros de espessura, substituindo totalmente o pavimento existente. Também serão implantadas vias marginais na maior parte do trecho, executada em pavimento semirrígido, em que a base é de brita graduada tratada com cimento e a camada mais superior é de pavimento flexível asfáltico.

Está prevista a construção de 13 viadutos em cinco locais diferentes. Dez deles terão a função de retornos em desnível, passando por baixo da rodovia e conectando as marginais, e três serão construídos sobre a via férrea, que atualmente cruza a rodovia em nível.

Também estão previstas correções geométricas para suavizar curvas, implantação de pontos de ônibus, calçadas e ciclovias, entre outras melhorias.

O anteprojeto da obra foi elaborado pelo DER-PR e vai embasar a contratação integrada desta duplicação, que contempla a elaboração de projeto básico e projeto executivo de engenharia seguidos pela realização dos serviços da obra. O edital deve ser lançado em breve.

A rodovia

O governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) entregou no fim de 2024 a primeira parte da duplicação da Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Almirante Tamandaré. O trecho, que tem 4,74 quilômetros, teve investimentos de R\$ 165 milhões do Governo do Estado. Um segundo trecho da Rodovia dos Minérios já está em execução desde julho do ano passado. Ele engloba a duplicação de 1.280 metros do perímetro urbano de Almirante Tamandaré e a construção de um viaduto no entroncamento com a Rodovia do Calcário (PR-509).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025

REGIÃO SUL - GOVERNO ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA NOVA LEI DE FERROVIAS EM SANTA CATARINA

Trata-se do último processo antes do envio do projeto para a Assembleia Legislativa catarinense

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



De acordo com a SPAF, a criação de uma nova Lei de Ferrovias será fundamental para que Santa Catarina possa ter autonomia para autorizar a concessão de novos trechos

O Governo de Santa Catarina abriu consulta pública para a Lei de Ferrovias do estado, que vai tratar especificamente do sistema ferroviário catarinense. Segundo o Governo Estadual, esta é a última etapa antes do Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa (Alesc).

Interessados poderão conhecer o texto do projeto e sugerir contribuições em 30 dias. A consulta pública pode ser conferida clicando no link.

“Nosso objetivo é ter total transparência com o processo. Santa Catarina ainda não tem a sua Lei Estadual de Ferrovias e entendemos que este passo é importante para os projetos futuros do estado. Com uma legislação própria poderemos avançar na concessão de futuros trechos ferroviários que estão sendo planejados pelo governador Jorginho Mello. Esta consulta pública é a oportunidade que a sociedade tem para conhecer e contribuir com esta legislação que estamos propondo”, comentou Beto Martins, secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF).

De acordo com a SPAF, a criação de uma nova lei será fundamental para que o Estado possa ter autonomia para autorizar a concessão de novos trechos ferroviários.

Atualmente Santa Catarina tem dois projetos em desenvolvimento. Um deles, de 319 quilômetros entre as cidades de Chapecó e Correia Pinto, e outro, de 62 quilômetros, entre Navegantes e Araquari. O investimento do Estado é de cerca de R\$ 32 milhões e deverão ser concluídos já neste ano de 2025.

“Também temos interesse em solicitar a delegação dos trechos ferroviários existentes e que atualmente estão no final de suas concessões. Caso o Governo Federal não renove esses contratos, o Estado de Santa Catarina poderia assumir os processos e conciliar com os projetos que estão em desenvolvimento, mas para isso precisamos ter uma legislação própria para dar segurança jurídica aos futuros investidores”, completou Martins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2025



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

GOVERNO DE SP ADOTA METODOLOGIA INTERNACIONAL PARA MODERNIZAR RODOVIAS DO LOTE PARANAPANEMA

Informações: Casa Civil SP (26 de fevereiro de 2025)

A Secretaria de Parcerias em Investimentos, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), prevê o lançamento do edital para concessão à iniciativa privada de 282,3 quilômetros do projeto Lote Paranapanema para abril deste ano. A iniciativa pretende adotar a metodologia iRAP (International Road Assessment Programme) e implementar intervenções estratégicas, como sinalização, ciclofaixas e dispositivos de segurança viária, para melhorar o tráfego e reduzir acidentes.

A metodologia, utilizada em diversos países, classifica a segurança das estradas paulistas com base em indicadores internacionais e, em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP), propõe medidas preventivas e investimentos para reduzir riscos de acidentes.

Aplicada mundialmente em diversos países, a metodologia comporta quatro protocolos de tratamento de segurança em rodovias: mapeamento de risco, acompanhamento de desempenho, classificação por estrelas e plano de investimentos para estradas mais seguras.

Além das melhorias na sinalização e iluminação, o projeto prevê a instalação de dispositivos de segurança (barreiras e defensas) e sonorizadores, especialmente em áreas de maior tráfego, para reforçar a segurança viária.

O contrato de concessão terá duração de 30 anos, com um investimento estimado de R\$ 4,7 bilhões, beneficiando diretamente 13 municípios: Angatuba, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Itaí, Itapetininga, Ourinhos, Paranapanema, Piraju e Tejuπά.

Por meio de parceria público-privada (PPP), o projeto prevê ampliação, operação e manutenção do trecho rodoviário que liga Itapetininga a Ourinhos, com implantação de faixas adicionais, acostamentos, dispositivos e passarelas. Com leilão previsto para o primeiro semestre de 2025, ele está qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), coordenado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI).

O projeto contempla trechos rodoviários da Raposo Tavares (SP-270), Rodovia Engenheiro Lauri Simões de Barros (SP-189), Rodovia Mello Peixoto (SP-278), Acesso Ivens Vieira (SPA-204/270) e Rodovia Engenheiro Edson Martins de Lara (SPA 245/270).

Programa de Parcerias de Investimentos

O PPI-SP é uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, já são 29 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 494 bilhões.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

SANTOS BRASIL LUCRA R\$ 206,3 MI NO 4º TRIMESTRE DE 2024

Informações: Santos Brasil (26 de fevereiro de 2025)

O Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da Santos Brasil, Daniel Pedreira Dorea, participou do programa Radar, da CNBC / TIMES BRASIL – LICENCIADO EXCLUSIVO CNBC, e destacou os resultados financeiros da companhia, que registrou um crescimento de 47% no lucro líquido em 2024.

Além disso, Dorea compartilhou suas perspectivas positivas para 2025, mencionando novos investimentos e a expansão sustentável do setor portuário.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

PARAMOS NO TEMPO: OS ACESSOS COLAPSARAM!

Informações: Tribuna Negócios (26 de fevereiro de 2025)

Neste episódio do Porto 360° Entrevista, recebemos Roberto Teller, diretor de operações da Movecta, para uma conversa sobre os principais gargalos da logística portuária e as soluções que podem transformar o setor.

Entenda como a falta de investimentos em infraestrutura no Porto de Santos afeta a competitividade do país, a importância da automação portuária, o uso de dados e tecnologia na logística e os impactos da governança no setor.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

CÂMARA APROVA PROJETO COM BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EXPORTADORAS

Informações: Agência Câmara de Notícias (26 de fevereiro de 2025)



Proposta faz parte do Programa Acredita Exportação; texto vai ao Senado

<https://youtu.be/Ly3jkS4yE3A>

A Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite que micro e pequenas empresas se apropriem de créditos de tributos do Simples Nacional quando da devolução de eliminação tributária por meio do programa Reintegra. O texto será enviado ao Senado.

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 167/24 foi aprovado com substitutivo do relator, deputado Jonas Donizette (PSB-SP), que incorporou o conteúdo do Projeto de Lei 4043/24 sobre o mesmo tema.

A intenção do governo é reavivar o Reintegra, programa de devolução de resíduos tributários de produtos de exportação que escaparam do sistema de não cumulatividade do PIS/Cofins. Esse programa foi desidratado pela falta de recursos orçamentários desde seu lançamento em 2014.

Com as mudanças do projeto, o foco será para as micro e pequenas empresas, que poderão apurar e se apropriar de créditos de tributos abrangidos pelo Simples Nacional, a título de Reintegra, nos exercícios de 2025 e 2026.

Jonas Donizete afirmou que, por não conseguirem fazer parte do Reintegra, as empresas optantes pelo Simples têm uma desvantagem em relação a outros exportadores. “A continuidade dessa restrição contraria o próprio espírito do regime simplificado, que visa a fortalecer, não limitado, a sustentabilidade e o crescimento desses empreendimentos”, disse.



Segundo o governo, em 2023, as micro e pequenas empresas representaram, em quantidade, aproximadamente 40% das empresas exportadoras brasileiras, mas os valores significaram apenas 0,8% do total exportado.

Assim, segundo o governo, não teria um impacto orçamentário de relevância o uso da alíquota máxima de 3% sobre as receitas de exportação para gerar créditos do Simples Nacional como forma de devolução do imposto tributário para essas empresas.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as micro e pequenas empresas alcançaram 2,8 bilhões de dólares em exportações em 2023 e mais de 6.700 empresas exportadoras. “Com a implementação de condições mais desenvolvidas, é esperado que mais empresas do Simples sejam estimuladas a participar do mercado internacional, ampliando a base exportadora brasileira”, afirmou Donizete.

Incentivo à indústria

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que a proposta é vital para dar sustentabilidade à indústria brasileira.

Já o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) disse que a medida é fundamental para fortalecer as micro e pequenas empresas exportadoras. “Ajuda muito a democratizar a nossa economia.”

Segundo o deputado Gilson Marques (Novo-SC), o projeto é um “paliativo necessário”, mas o ideal seria fazer uma alteração perene. “O problema só se resolveria se reduzíssemos de forma permanente a carga tributária”, afirmou.

Para o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), a proposta não chega a devolver toda a carga tributária de PIS/Cofins que não pode ser exportada, mas melhora a situação dessas empresas. “Torna as empresas de pequeno porte e microempresas bem mais competitivas”, disse.

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) alertou que a extinção tributária continuará para micro e pequenas empresas depois de 2027 e que a proposta precisa prever uma reavaliação do Reintegra. Donizete aceitou a sugestão e alterou o texto do projeto.

Reforma tributária

O texto prevê que o Reintegra será extinto quando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previsto na reforma tributária, para efeitos implementados após a extinção do PIS e da Cofins. No entanto, o governo deverá revisá-lo para as micro e pequenas empresas.

O PLP 167/24 e o Projeto de Lei 4043/24 compõem o Programa Acredita Exportação, lançado no ano passado com regras de transição para créditos tributários até a conclusão da reforma tributária, em 2032.

Regime Aduaneiro

O projeto aprovado altera a legislação sobre suspensão de tributos envolvidos na produção de outro bem a ser exportado. Assim, o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), disciplinado apenas por normas infralegais, passará a fazer parte da lei.

De forma geral, conhecido comodraubaque, o regime de suspensão de tributos (PIS, Cofins, PIS-Importação e Cofins-Importação) incidentes na importação ou na compra do mercado interno de produtos a serem beneficiados para a exportação de outro produto final é concedido por prazo determinado a empresas habilitadas.

Essas empresas deverão pagar os tributos suspensos se não destinarem os produtos e serviços com tributos suspensos à formulação do produto exportado. Após a exportação, os tributos suspensos são convertidos em autorizados.



O texto aprovado pelos deputados inclui as empresas habilitadas no Recof como beneficiárias da suspensão de serviços vinculados direta e exclusivamente à exportação ou associados à entrega no exterior do produto final.

Segundo o governo, o Recof traz a vantagem de uma empresa decidir o destino a ser dado ao produto industrializado (exportação ou venda no mercado interno) apenas ao final do ciclo produtivo, podendo pagar os tributos, se for o caso, sem juros ou multas se dentro do prazo de autorização.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a dinâmica do Recof na Lei 11.945/09, o texto do relator acrescentou outros dispositivos impedindo a cobrança de multa e juros a partir dos dados do fato gerador dos tributos suspensos incidentes sobre os serviços se o produto final não for exportado.

O texto também especifica que a exportação poderá ser realizada com a intermediação de empresa comercial exportadora, segundo regulamento da Receita Federal.

Vigência

Adicionalmente, o texto permite a suspensão dos tributos por cinco anos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Se publicado este ano, valerá até 2031.

Por outro lado, o artigo da lei na qual a mudança é feita tem dados para perder a validade: 1º de janeiro de 2027. Isso porque a lei complementar que regulamentou a reforma tributária (Lei Complementar 214/25) prevê a revogação do dispositivo a partir desses dados devido à substituição dos tributos envolvidos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com manutenção do benefício de suspensão na forma de novo regulamento da Receita.

Dessa forma, as mudanças valeriam, na prática, apenas durante o ano de 2026. A partir de 2027, o IBS será suspenso com novas regras semelhantes.

Apesar de considerar que a proposta do Recof tem impacto orçamentário reconhecido pela Receita Federal, Jonas Donizette não detalhou em sua aparência qual seria esse custo orçamentário.

Responsabilidade solidária

O projeto aprovado acaba com a responsabilidade solidária no pagamento de tributos devidos em regimes aduaneiros de suspensão de tributos.

Atualmente, a lei prevê que a empresa beneficiária poderá concordar (dar anuência) com a aplicação da suspensão para produtos importados por fornecedor que realize um beneficiamento intermediário desses bens na cadeia produtiva para depois vender à empresa beneficiária habilitada, que os utilizará no produto final a ser exportado.

Essa anuência é disciplinada pela Receita e, caso o fornecedor seja destinado ao bem importado ao mercado interno e não pague os tributos devidos por causa disso, a empresa que cede a anuência no processo será solidária na cobrança do imposto pendente.

Com o novo texto do projeto, acaba a responsabilidade solidária e o fornecedor deve ser beneficiário direto do regime aduaneiro para poder contar com a suspensão, respondendo sozinho pela falta de pagamento de tributos nas situações em que são devidas.

Prazo de regularização

Com as mudanças feitas pelo relator, o projeto passa a alterar o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06) e aumenta de 30 dias para 90 dias o prazo para o participante do Simples Nacional regularizar situações a fim de continuar no regime.

O novo prazo para regularização refere-se a subsídios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou com o Fisco e ausência de inscrição ou irregularidade no cadastro fiscal.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025



CONTRIBUIR COM OS DESAFIOS E EXERCER SEU PROTAGONISMO NA REGIÃO SÃO METAS DA ACS PARA 2025

Informações: ACS (26 de fevereiro de 2025)

Na última sexta-feira (21), em reunião com representantes das Câmaras Setoriais, o presidente da ACS, Mauro Sammarco, reafirmou o compromisso da instituição com o protagonismo na discussão das principais demandas e no desenvolvimento econômico e social da região.

Segundo Sammarco, entre as prioridades para o ano estão as discussões sobre o túnel Santos-Guarujá, o terminal Tecon Santos 10 e a transferência do Terminal de Passageiros para o Valongo, projetos que em breve deverão sair do papel e certamente terão grande impacto nos setores da economia e na relação porto-cidade. “A região tem vários desafios num futuro muito próximo. E a ACS participará como protagonistas nestas questões, apresentando as demandas do setor e contribuindo com soluções que levam ao crescimento regional”.

Mauro adiantou ainda que a ACS, em parceria com o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), ligado à Frente Parlamentar Mista dos Portos e Aeroportos, vai realizar três eventos que envolvem os grandes desafios da região.

Balanço

Durante o confronto, Mauro também fez um balanço da situação atual da ACS com seus associados, ressaltando a ampliação e modernização de serviços, como o de certificado de origem, e o faturamento registrado da instituição, garantindo estruturação e organização constante.

Acatando uma sugestão dos coordenadores presentes, as reuniões das câmaras setoriais, a partir de agora, serão abertas para representantes de outras câmaras que quiserem se inteirar e colaborar com o andamento do trabalho dos demais segmentos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

MDIC LANÇA GUIA PARA ORIENTAR EXPORTAÇÃO E EMITIR AUTOCERTIFICAÇÃO DE ORIGEM

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (26 de fevereiro de 2025)

A partir de 1º de março, os exportadores brasileiros poderão emitir uma Declaração de Origem sem necessidade de intermediários, reduzindo a burocracia e gerando uma economia estimada em R\$ 10 milhões por ano.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta sexta-feira (20/2), o Guia de Autocertificação, um material prático para orientar o exportador brasileiro a autocertificar a origem de seu produto, sem precisar recorrer a uma entidade certificada habilitada pelo MDIC.

A autocertificação passa a ser uma prova de origem válida para os acordos comerciais que permitem essa modalidade e garantem que os exportadores brasileiros tenham acesso aos benefícios tarifários nos países de destino.

A novidade passa a valer a partir de 1º/3 para o Mercosul, simplificando processos e custos para as empresas. Elaborado pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, o Guia responde a 16 perguntas sobre a emissão e utilização da autocertificação como prova de origem. O material explica de forma clara e objetiva os procedimentos necessários, as responsabilidades dos exportadores e os critérios que precisam ser observados.

“A autocertificação é uma grande novidade no nosso esforço de desburocratização do comércio exterior. É mais autonomia, mais agilidade e menor custo para os produtores brasileiros”, afirmou o

vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. Ao ano, são emitidos cerca de 600 mil certificados, sendo que 35% do total é destinado ao Mercosul.

A medida consta da Portaria Secex nº 373/2024, publicada em dezembro do ano passado, que estabelece ainda mecanismos internos de controle em casos de suspeita de fraude de origem, para reforçar as disposições de verificação e controle já previstas nos acordos comerciais.

“Trata-se de mais um avanço na simplificação do comércio exterior brasileiro. Com a autocertificação, alinhamos o Brasil às melhores práticas internacionais, facilitando o acesso dos exportadores às preferências tarifárias previstas nos acordos comerciais. O Guia foi concebido para ajudar as empresas na transição para esse novo modelo”, afirmou a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres.

Vale destacar que a autocertificação não é obrigatória, mas é uma opção disponível para os operadores. As empresas que preferirem podem continuar contatando com o suporte das entidades habilitadas para a emissão dos Certificados de Origem tradicionais.

O Guia de Autocertificação estará disponível neste link (<https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guia-de-autocertificacao-secex/2025-02-20 - guiaautocertificacao .pdf>) e trará informações sobre o que é a autocertificação, quem é o responsável por ela, como fazer a Declaração de Origem, que os dados são obrigatórios, além de regras sobre a assinatura, validade, e possíveis preconceitos em caso de descumprimento das regras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

ECOVIAS PREVÊ ATÉ 442 MIL VEÍCULOS DURANTE O CARNAVAL

Fonte: Jornal da Orla (26 de fevereiro de 2025)



A Baixada Santista irá lotar durante o Carnaval. A Ecovias, transporte responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), prevê que entre 287 mil e 442 mil veículos sigam em direção ao litoral entre 28 de fevereiro (sexta-feira) a 5 de março (quarta-feira de Cinzas). A empresa irá promover seu efeito efetivo no sistema e preparar diversas operações especiais de tráfego. Todas as medidas contarão com o acompanhamento da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) e apoio da Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo.

Nesse período, a Ecovias prevê aumento do fluxo em direção à Baixada Santista nos dias 28 de fevereiro (das 7h às 23h59), 1º de março (das 0h às 21h) e 2 de março (das 7h às 13h), quando será implantada a Operação Descida (7x3). Nesse esquema, os veículos utilizarão as pistas Norte e Sul da Via Anchieta, além da pista Sul da Rodovia dos Imigrantes, para descer em direção ao litoral. A subida ocorrerá exclusivamente pela pista Norte da Imigrantes.

A transmissão também prevê aumento do tráfego no sentido São Paulo nos dias 3 de março (das 15h às 22h) e 4 de março (das 9h às 23h), quando será implantada a Operação Subida (2x8). Nessa operação, os usuários poderão subir a serra pelas pistas Norte e Sul da Imigrantes, além da pista Norte da Via Anchieta. A descida será realizada apenas pela pista Sul da Anchieta.

Para quarta-feira (5), será implantada a Operação Normal (5x5). Com descida pela pista Sul da Via Anchieta e da Rodovia dos Imigrantes. Já a subida da serra acontece pela pista Norte das duas rodovias.

Operação 3ª faixa



Caso haja necessidade, será implantada a Operação 3ª Faixa na rodovia Cônego Domênico Rangoni, com a extensão da faixa de acostamento, que poderá ser utilizada como faixa de tráfego, desde o entroncamento com a rodovia Rio-Santos até a praça de pedágio, em um trecho de 2 milhas.

Para auxiliar e orientar os motoristas, avisos de liberação do acostamento serão fornecidos nos painéis de mensagens fixas e variáveis do trecho, e as equipes da Ecovias e da Polícia Militar Rodoviária irão garantir a segurança viária dos usuários e caminhadas durante a operação.

Operação Visibilidade

Durante a ida e a volta do feriado, será deflagrada a Operação Visibilidade, que consiste no posicionamento de viaturas operacionais em pontos estratégicos das rodovias. O objetivo é melhorar a visibilidade dos recursos disponíveis e ampliar os trechos de inspeção e monitoramento das rodovias.

Movimento Afaste-se

A fim de proteger os profissionais que atuam salvando vidas na prestação de atendimento médico em acidentes rodoviários, além das equipes de socorro mecânico, de obras e de manutenção, a EcoRodovias aderiu ao "Movimento Afaste-se". A ação visa conscientizar os motoristas a não se aproximarem das equipes quando avistarem algum tipo de acidente ou atendimento, pois esse comportamento coloca em risco a segurança das equipes e de todos que trafegam na via.

Recursos disponíveis

durante o feriado, a Ecovias contará com 73 viaturas à disposição, incluindo pick-ups de inspeção de tráfego, ambulâncias UTI, ambulâncias de resgate, veículos leves de atendimento rápido, guinchos leves e pesados – incluindo um guincho 100% elétrico para atendimento de veículos leves – e dois caminhões Munk, equipamentos usados para içamento de cargas, além de motocicletas.

Pagamento por cartão

Para otimizar o atendimento nas praças de pedágio, a Ecovias disponibiliza o pagamento por cartão, tanto débito quanto crédito, em todas as cabines de cobrança manuais. Além disso, durante os horários de pico, as praças funcionarão com capacidade máxima. Na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, ainda será possível a reversão de cabines entre os sistemas manual e automático, conforme o perfil de tráfego. Além disso, a Ecovias conta com as cabines de autoatendimento nas praças de pedágio do Piratininga, Riacho Grande e São Vicente.

Ao se aproximar de um pedágio, é fundamental que o motorista reduza a velocidade e fique atento às sinalizações de trânsito. Essa prática não apenas garante a segurança de todos os usuários da via, mas também facilita o fluxo de veículos nas cabines de cobrança. Respeitar as normas de trânsito vigentes é essencial para evitar acidentes e garantir uma viagem tranquila.

Tecnologia

A Ecovias conta com 186 câmeras para monitoramento das condições de tráfego. Além disso, outras 16 câmeras são de uso exclusivo da polícia, equipadas com sensor infravermelho, detecção de incidentes e sistema de alarmes automáticos, que acionam os agentes no CCO. Nos túneis da Rodovia dos Imigrantes, 81 câmeras também estão equipadas com sistema de detecção automática de incidentes.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

ABERTURA DE MERCADO PARA EXPORTAÇÃO DE MEL E PRODUTOS APÍCOLAS PARA ISRAEL

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (26 de fevereiro de 2025)

Com esta abertura, o agro brasileiro consolida 329 novas oportunidades comerciais desde 2023

O governo brasileiro informa que as autoridades sanitárias de Israel aceitaram o novo Certificado Sanitário Internacional (CSI) proposto pelo Brasil para a exportação de mel e produtos correlatos, como geleia real, pólen, própolis e cera de abelha.

Nos dois últimos anos, as exportações agregadas de mel e produtos apícolas do Brasil ultrapassaram US\$ 196 milhões. O setor de apicultura beneficia-se tanto da diversificação de parcerias quanto do fortalecimento de relações comerciais já existentes.

Em 2024, as exportações agropecuárias brasileiras para Israel foram da ordem de US\$ 442 milhões, com destaque para carne bovina, complexo soja, cereais e café.

Com esse anúncio, o agronegócio brasileiro alcança sua 29ª abertura de mercado em 2025, totalizando 329 novas oportunidades de negócios desde o início de 2023.

Esses resultados são frutos do trabalho conjunto entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/02/2025

CORRENTE DE COMÉRCIO CHEGA A US\$ 80,9 BI, DE JANEIRO ATÉ A 3ª SEMANA DE FEVEREIRO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (26 de fevereiro de 2025)



O resultado alcançado até aqui, se deve aos números das exportações que totalizam US\$ 42,2 bi e as importações, US\$ 38,7 bi – Imagem: Freepik

Balança Comercial brasileira registra na 3ª semana de fevereiro de 2025, superávit de US\$ 0,122 bilhões e corrente de comércio de US\$ 11 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 5,5 bilhões e de US\$ 5,3 bilhões.

Já no mês de fevereiro, as exportações somam US\$ 17 bilhões e as importações, US\$ 15,7 bilhões, com saldo positivo de US\$ 1,3 bilhão e corrente de negociações de US\$ 32,7 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 42,2 bilhões e as importações, US\$ 38,7 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,455 bilhões e corrente de negociações de US\$ 80,9 bilhões. Esses, e outros números, foram divulgados nesta segunda-feira (24/2), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Balança Comercial Preliminar Parcial do Mês | 3ª Semana de Fevereiro/2025

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pq_principal_bc/principais_resultados.html

Comparativo Mensal

Nas atualmente houve crescimento de 9,3% na comparação entre as médias até a 3ª semana de fevereiro/2025 (US\$ 1.047,55 bi) com o mês de fevereiro/2024 (US\$ 958,84 milhões). Em relação às exportações, comparadas às médias até a 3ª semana de fevereiro/2025 (US\$ 1.133,61 bi) com a de fevereiro/2024 (US\$ 1.228,86 bi), houve queda de 7,8%.

Assim, até a 3ª semana de fevereiro/2025, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2.181 milhões e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 86,05 milhões. Comparando este período com a média de fevereiro/2024, houve queda de 0,3% na corrente de comércio.

Exportações e Importações por Setor e Produtos

No acumulado das exportações, até a 3ª semana do mês de fevereiro/2025, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: na Indústria Extrativa crescimento de US\$ 26,67 milhões (4,0%) em produtos da Indústria de Transformação; queda de US\$ 27,66 milhões (-10,9%) na Agropecuária; queda de US\$ 95,59 milhões (-31,4%).

No acumulado das moedas estrangeiras, o desempenho dos setores pela média diária foi: crescimento de US\$ 3,12 milhões (14,6%) na Agropecuária; e na Indústria Extrativa e crescimento de US\$ 93,58 milhões (10,8%); com os produtos da Indústria de Transformação houve queda de US\$ 8,71 milhões (-14,1%).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/02/2025

TRABALHADORES TERÃO 90 DIAS PARA MIGRAR PARA E-CONSIGNADO, DIZ HADDAD

Informações: CNN Brasil (26 de fevereiro de 2025)

Segundo o ministro, a taxa de juros média corresponderá a metade da praticada atualmente pelos bancos, permanecendo em 2,5%; proposta visa ampliar acesso do crédito consignado para trabalhadores do setor privado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a taxa de juros média no e-consignado será de cerca de 2,5% ao mês. A proposta do governo tem como objetivo ampliar o acesso do crédito consignado para trabalhadores do setor privado.

O chefe da pasta econômica concedeu nesta quinta-feira (21) uma entrevista ao ICL Notícias. Segundo Haddad, a taxa de juros média de empréstimos para profissionais do setor privado varia de 5% a 5,5% ao mês.

“O e-consignado vai no e-Social. Não importa onde a pessoa esteja empregada. Vai fazer o desconto do empréstimo dela a um juro muito menor, a menos da metade do que se paga hoje. [...] Esse trabalhador está pagando 5% ao mês”, disse.

Em seguida, completou: “Quando dá uma garantia no consignado privado e dá ao trabalhador celetista o mesmo direito que um aposentado e um servidor público, esse juro cai à metade. Quando esse juro cai pela metade, ele vai trocar o empréstimo dele de 5,5%”.

Haddad disse também que os trabalhadores terão 90 dias para se adaptarem à nova modalidade de crédito. O ministro disse que o e-consignado não deve ser atrelado à Selic, a taxa básica de juros.

“Os 90 dias iniciais desse programa vão ser para a pessoa trocar o empréstimo dele [com juros] de 5,5% para um [com juros] de 2,5%”, afirmou.

A previsão é que o projeto seja enviado ao Congresso Nacional em fevereiro. O governo está avaliando usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a multa rescisória em caso de demissão como garantias de crédito.

“Vamos dar 90 dias para migrar essa população, que agora tem uma garantia para não pagar os juros que está pagando hoje. Independente da Selic”, disse Haddad.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/02/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

TCU DETERMINA QUE INSS ADOTE PROVIDÊNCIAS EM 180 DIAS PARA CORRIGIR PAGAMENTOS INDEVIDOS DO BPC

Auditoria da corte mostra que 6,3% dos beneficiários em maio de 2024 superavam limite de renda, com impacto de R\$ 5 bi anuais

Por Thaís Barcellos — Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) adote providências para corrigir irregularidades nos pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 180 dias, especialmente em relação a beneficiários falecidos e acúmulos indevidos de auxílio. A decisão do plenário do TCU desta quarta-feira segue o voto do relator do processo, o ministro Antônio Anastasia.

Anastasia se baseou em um relatório da área técnica do tribunal, que conclui que 6,3% dos beneficiários do BPC para idosos e pessoas com deficiência tinham renda per capita (por pessoa da família) maior do que o limite do programa, que é de 1/4 do salário mínimo (hoje, o equivalente a R\$ 379,50).

O impacto do pagamento indevido em um ano é de cerca de R\$ 5 bilhões, segundo cálculos da área técnica. Também foram identificados 6.701 casos de acumulação indevida do BPC com outro benefício, com impacto financeiro anual de R\$ 113,5 milhões aos cofres do governo federal. Em auditoria anterior, em 2019, as irregularidades somaram cerca de R\$ 2,38 bilhões.

A auditoria ainda encontrou "inconsistências significativas" no Cadastro Único de beneficiários do BPC, com aproximadamente 12,6% omitindo membros familiares (margem de erro de 1,4%), e 15,9% apresentando discrepâncias de endereço (margem de erro de 1%). Além disso, foi constatado, por meio da análise da qualidade dos dados, 2.476 beneficiários possivelmente falecidos.

"Essas situações podem levar a pagamentos indevidos e comprometem a capacidade do sistema de avaliar com precisão a elegibilidade dos beneficiários", disse Anastasia, em seu voto.

Nesse sentido, o TCU acordou em cobrar do INSS a adoção de providências cabíveis para corrigir acúmulo de benefícios por um mesmo CPF. Além disso, quer um pente-fino para identificar beneficiários falecidos.

Em relação ao pagamento a pessoas que estão fora do limite de renda, o tribunal propõe apenas dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social, gestor do programa. Há também uma recomendação para que a pasta promova estudos e pesquisas para a regulamentação da condição de miserabilidade, prevista na Lei Orgânica de Assistência Social como um critério para conceder o BPC e que vem sendo usada para a concessão judicial do benefício.

A lei estabelece que os elementos que comprovem essa condição ampliam o limite de renda de 1/4 do salário mínimo para até meio piso nacional. Segundo a auditoria do TCU, o aumento da concessão foi de 24,8% entre maio de 2022 e o mesmo mês de 2024. Nesse sentido, Anastasia também recomenda ao MDS a realização de estudos técnicos para apurar esse "crescimento expressivo".

"Sobre esse crescimento, os gestores do MDS apontaram como possíveis causas: alteração legislativa que permitiu a concessão de mais de um BPC a membros da mesma família;

endurecimento das regras de concessão de aposentadorias e benefícios previdenciários; ampliação do rol de deficiências com a inclusão do autismo; implementação do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social; aumento real do salário mínimo a partir de 2024; e judicialização crescente das concessões", diz o ministro em seu voto.

Os trabalhos de fiscalização foram realizados de abril a outubro de 2024 e abrangeram o período de 2022 a maio de 2024. O volume de recursos fiscalizados foi de R\$ 89,64 bilhões. A auditoria se insere em um contexto de salto no número de concessões do BPC desde 2022 - algo que também está na mira do governo.

No fim do ano passado, o Poder Executivo enviou um projeto ao Congresso para endurecer os critérios de concessão, mas as propostas foram bastante desidratadas pelos parlamentares. Foi aprovada a exigência de atualização dos cadastros dos beneficiários em, no máximo, 24 meses, e de biometria para a concessão do auxílio.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/02/2025

TCU DECIDE QUE OBRA DE TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVE TER FISCALIZAÇÃO ESTADUAL E LIBERA EDITAL

Lula e governador Tarcísio participam de evento nesta quinta para lançar documento
Por Thaís Barcellos — Brasília



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), participou de evento com Lula para anunciar túnel Santos-Guarujá — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu nesta quarta-feira que o processo de concessão do túnel Santos-Guarujá, no estado de São Paulo, é de competência dos órgãos de controle estaduais, como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A corte de contas da União divergiu

do entendimento da área técnica do TCU, seguindo o voto do relator, ministro Bruno Dantas. Na prática, a decisão do TCU libera a publicação do edital do projeto de concessão.

A obra do túnel que vai ligar Santos a Guarujá será realizada por meio de Parceria Público-Privada e contará com aportes do governo paulista e do governo federal, de cerca de R\$ 3 bilhões cada, viabilizados por um convênio entre a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, e o Estado de São Paulo.

O entendimento da área técnica do TCU era de que o órgão deveria analisar previamente o projeto, já que a obra representaria um acesso portuário ao terminal de Santos, gerido pela União.

Nesta quinta-feira, Lula e o governador Tarcísio Gomes de Freitas vão lançar o edital da obra.

Inicialmente, a ligação entre as duas cidades paulistas era uma espécie de contrapartida na desestatização da Autoridade Portuária de Santos, algo que demandaria análise prévia do TCU. A proposta de desestatização, contudo, era do governo de Jair Bolsonaro e foi descontinuada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse caso, Bruno Dantas avaliou que o projeto é uma obra a rodoviária de ligação intermunicipal.

"Em se tratando de ativo de mobilidade rodoviária intermunicipal cuja supervisão, fiscalização e regulação primárias cabem ao Estado de São Paulo, esse dever não compete ao TCU, e sim aos órgãos de controle do estado, que possuem estrutura administrativa, capacidade organizacional e

credibilidade institucional para exercer esse papel. Embora o túnel interfira de certo modo na poligonal do porto, essa não compreende infraestruturas de mobilidade urbana, mas tão somente as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto", disse Bruno Dantas.

Além disso, o ministro disse que a constatação de que a União realizará aporte de recursos federais em PPP estadual de obra de mobilidade urbana "tampouco atrai automaticamente o rito ordinário de controle de desestatizações", já que é aplicável às contratações de Parcerias Público-Privadas.

Traçado do túnel Santos-Guarujá



Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Túnel Santos-Guarujá: travessia deve durar cerca de 2 minutos e promete desafogar rodovia e ampliar capacidade de escoamento do Porto de Santos — Foto: Editoria de Arte

"Nesse cenário, em deferência à consensualidade obtida entres os entes federados por meio do convênio de delegação de competências, é razoável atenuar a participação do TCU neste momento inicial de lançamento de projeto e definição de atribuições, dispensando-se o rito de aprovação prévia de estudos e documentos", concluiu.

O ministro, contudo, afirmou que a União tem interesse sobre o projeto, embora não tenha titularidade. Por isso, afirmou que o TCU poderá e deverá ocorrer de forma concomitante ou posterior e "ainda supletivamente com aquele controle que será realizado pelo TCE-SP".

"Esse olhar necessário do TCU não significa postergar o lançamento do edital. Exigir que a aplicação procedimental da Instrução Normativa 81, que atrasaria em muitos meses a publicação do edital, mesmo porque quem tem a primazia na análise da modelagem da PPP são as instituições paulistas."

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/02/2025

CAGED: INDÚSTRIA IMPULSIONA GERAÇÃO DE EMPREGOS EM JANEIRO, E SETOR DE SERVIÇOS DESACELERA

Por Ana Carolina Diniz



O complexo da GM em São Caetano do Sul incorpora diversas novas tecnologias da indústria 4.0 — Foto: Divulgação

O Caged de janeiro de 2025 revelou um saldo positivo de 137 mil postos de trabalho com carteira assinada, uma redução de 21% em relação a janeiro do ano passado. Apesar da queda, o resultado foi mais forte do que o esperado pelo mercado, em 50 mil postos. Entre os setores analisados, a indústria se destacou como o principal vetor de geração de empregos, registrando um saldo de 70 mil postos formais.

Janaina Feijó, pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV Ibre, destaca que esse desempenho elevou a participação da indústria na criação de vagas para 50%, um aumento considerável em relação aos 38,2% registrados em janeiro de 2024. A maior parte desse crescimento veio da indústria de transformação, que respondeu por 98% dos postos gerados dentro do setor industrial.

— A participação relativa da indústria na geração de postos em janeiro do ano passado foi de 38,2%, ou seja, um pouco mais de um terço. Isso mostra que a indústria já vinha forte em 2024, contribuindo positivamente para o bom desempenho do mercado e começando este ano com indícios de que pode ter um papel de destaque no primeiro trimestre. A expansão da indústria é positiva porque sabemos que estamos criando vagas de melhor qualidade, no setor formal, com remunerações mais altas e impacto positivo na economia.

Por outro lado, o setor de serviços apresentou uma forte desaceleração. Em janeiro de 2024, foram criados 77 mil postos de trabalho no setor, enquanto no mesmo período de 2025 esse número caiu para 45 mil. Esse movimento pode ser um primeiro sinal de retração, levantando preocupações sobre o ritmo da atividade econômica? Janaína explica:

— Se compararmos com o ano anterior, a queda foi bastante expressiva. Já esperamos que, no primeiro trimestre, ocorram alguns ajustes por parte das empresas, pois, no último trimestre do ano, geralmente há contratação de trabalhadores intermitentes e temporários para atender à demanda das festividades de fim de ano, como Black Friday, Natal e Ano Novo. Portanto, é possível que haja um ajuste mais forte no início do ano.

E completa:

— Já vínhamos observando uma desaceleração na atividade do setor de serviços no último trimestre de 2024. E sabemos que há um certo delay nesse processo: primeiro, a atividade econômica retrai e, posteriormente, as empresas realizam seus ajustes. O que aconteceu no setor de serviços pode estar relacionado a quatro fatores principais: desaceleração da atividade econômica no setor de serviços, já observada no último trimestre de 2024; ajustes naturais das empresas no início do ano, após a forte contratação de temporários no fim do ano anterior; elevação dos juros; e restrição do crédito.

No entanto, Janaína ressalta que o número registrado em janeiro de 2025 (45 mil vagas) ainda ficou acima do de janeiro de 2023 (40 mil vagas). Ou seja, ainda é cedo para avaliar se a situação é de desaceleração.

— Em 2023, tivemos um cenário semelhante, um ano de acomodação do mercado de trabalho após dois anos de intensa recuperação.

Segundo Janaína, a perspectiva para os próximos meses é um cenário de desaceleração da atividade econômica, o que pode impactar a geração de empregos ao longo do ano. No entanto, essa desaceleração deve ocorrer de forma gradual. Tanto que o Ibre projeta que a taxa de desemprego registre um leve aumento, fechando 2025 com média de 7%. Atualmente, o índice está em 6,2%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/02/2025

FIM DO SAQUE ANIVERSÁRIO 'NÃO TEM CHANCE DE PROSPERAR' NO CONGRESSO, DIZ MINISTRO DO TRABALHO

Por falta de apoio para acabar com modalidade, governo optou por liberar dinheiro retido
Por Bernardo Lima — Brasília



Lula e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho — Foto: Douglas Magno/AFP

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira que o fim do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não tem chance de prosperar no Congresso Nacional.

Diante desse cenário, o governo irá editar uma medida provisória (MP) para apenas liberar o saque de quem está com recurso retido. Segundo Marinho, a desistência da medida não está relacionada à queda de popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

— O governo não decide essas questões sozinho. Eu sou realista, ao consultar o Parlamento me disseram que não tem chance de prosperar (o fim do saque-aniversário), então não vou ficar insistindo em algo que não tem chance de prosperar, esse é o fato, não tem nada a ver com popularidade — disse em entrevista coletiva nesta quarta.

O ministro defende desde o início da gestão Lula acabar com esse mecanismo, que foi instituído em 2019 durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Apesar do recuo do governo em relação ao fim do saque-aniversário Marinho apontou que a opção é uma "distorção" do papel do FGTS, e garantiu que vai continuar a defender a medida.

— Eu vou continuar militando para acabar com o saque aniversário, porque aqui tem vários atores nessa mesa, não são somente os bancos, têm os trabalhadores, que é o ator principal e a construção civil — afirmou.

O governo prepara uma medida provisória para liberar, de forma extraordinária, o saque do saldo remanescente na conta vinculada ao FGTS para quem aderiu à modalidade de saque-aniversário e ficou com o dinheiro preso após ser demitido. O calendário de pagamento começa em 6 de março.

A Caixa Economia Federal começa a realizar o pagamento da primeira etapa dos recursos retidos no dia 6 de março.

A liberação dos valores estará em medida provisória (MP), a ser publicada na próxima sexta-feira (28/2). Essa MP é que vai autorizar o saque-extraordinário do saldo remanescente do FGTS para optantes do saque-aniversário, foram demitidos e ficaram com o dinheiro retido na conta vinculada.

Serão beneficiados 12 milhões de trabalhadores demitidos entre janeiro de 2020 até a publicação da MP. Ao todo, serão injetados na economia R\$ 12,1 bilhões, segundo estimativas do governo.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 26/02/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO TRUMP CRITICA BRASIL E DIZ QUE BLOQUEAR INFORMAÇÕES E MULTAR EMPRESAS É ANTIDEMOCRÁTICO

Sem citar o ministro do STF Alexandre de Moraes, o Departamento de Estado dos Estados Unidos afirmou que tais ações são 'incompatíveis com os valores democráticos'. Embaixada dos Estados Unidos no Brasil compartilhou publicação

Por *Adriana Victorino*

O Departamento de Estado dos Estados Unidos criticou nesta quarta-feira, 26, o bloqueio de redes sociais norte-americanas pelo Brasil, classificando as decisões como "censura". O órgão, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, fez uma publicação no X (antigo Twitter) afirmando que tais ações são "incompatíveis com os valores democráticos". A publicação foi compartilhada pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

"O respeito à soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil. Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos Estados Unidos por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos EUA é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão", diz o texto publicado no perfil do Escritório do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado.

Esta é a primeira vez que o governo do presidente Donald Trump faz menção ao assunto. Apesar de não citar diretamente o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, o texto faz referência à decisão do magistrado brasileiro sobre a plataforma Rumble.

Moraes determinou o bloqueio da plataforma de vídeos do Brasil na última semana, afirmando que a rede social cometeu "reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros". O ministro havia exigido que a empresa indicasse um representante no Brasil.

Além disso, Moraes também já havia pedido a suspensão da conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos na rede social.



Rumble e Trump Media entraram com ação contra Moraes

A Rumble e a Trump Media, empresa ligada a Donald Trump, processaram o ministro Alexandre de Moraes nos Estados Unidos, acusando-o de violar a soberania americana. A ação, que tramita em um tribunal federal da Flórida, foi noticiada no Brasil no dia 19.

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos
Foto: *Pool via AP*

As empresas alegam que Moraes violou a lei americana ao ordenar à Rumble a suspensão da conta do blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira e alvo de um mandado de prisão

preventiva por disseminação de desinformação e ataques a ministros do STF. Em março do ano passado, os EUA negaram um pedido de extradição feito pelo Brasil.

A Rumble e a Trump Media entraram com um pedido de liminar em um tribunal dos Estados Unidos contra o ministro, que foi rejeitado pela Justiça. Na decisão, a juíza Mary Scriven não analisou o mérito da ação, argumentando que as decisões do ministro não se aplicam nos EUA e que não houve qualquer tentativa de impor seu cumprimento em território americano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/02/2025

ESTUDO MOSTRA QUE SENSAÇÃO DE RISCO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL AUMENTOU NO BRASIL EM 2024

País registrou a melhor nota dentre os seis países latino-americanos analisados, mas também foi o que apresentou a maior piora da percepção entre abril e dezembro

Por Carlos Eduardo Valim

A percepção de riscos para o Brasil aumentou durante o ano passado, segundo estudo conduzido pelo Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, um think tank sediado na Universidade Internacional da Flórida, em Miami. A conclusão faz parte da edição de primeiro ano do relatório Índice e Análises de Riscos de Países da América Latina, que entrevistou, nos três quadrimestres de 2024, especialistas de diversas áreas em seis países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e El Salvador.

A pesquisa permite acompanhar a evolução do clima político, econômico e social nessas regiões. O objetivo é indicar as tendências que podem afetar as decisões de investimentos de empresas e organizações não-governamentais de operar em cada país.

Na média das três coletas de dados do ano, o Brasil registrou a melhor nota dentre os países analisados, mas também foi o que apresentou a maior piora da nota entre o quadrimestre finalizado em abril e o de dezembro.



A nota média do ano de riscos para o Brasil ficou em 3,13 pontos. Saiu de 3,07, em abril, para 3,32, em dezembro. Quanto maior a nota, maior a percepção de riscos. Colômbia e El Salvador também registraram aumento de percepção de riscos. A Argentina foi o país que apresentou a melhora mais significativa no período, com a nota indo de 3,49 para 3,06 pontos.

A capital Brasília Foto: Erich Sacco/Adobe Stock

Cada país contou com uma instituição parceira para fazer a coleta de dados. No Brasil, a pesquisa ficou sob responsabilidade do Instituto Millenium, por meio dos economistas e pesquisadores associados Paulo Resende e Mariana Piaia.

Foram ouvidos no Brasil, a cada quatro meses, 30 representantes de cinco segmentos: academia, jornalistas, mercado corporativo, organizações não governamentais e governo. Eles responderam a um formulário quantitativo, dando notas de 1 a 5, de como percebem os diferentes riscos associados ao País. Depois, eles foram entrevistados para explicar e aprofundar a análise das suas respostas.

“Buscamos manter as mesmas pessoas entrevistadas de um período para outro, e equilibramos perfis profissionais com abrangência de posições políticas e por gênero, para dar uma visão mais ampla”, afirma Resende. “Mais importante do que a pontuação de cada país vista de forma isolada é a tendência de evolução da percepção de risco.”

Níveis de preocupação

O que significa cada faixa de pontuação no estudo

Níveis de risco	Pontos	
Sustentável	1 - 1,99	
Cuidado	2 - 2,99	
Atenção	3 - 3,99	
Alerta	4 - 5	

Tabela: Editoria de Infografia Multimídia • Fonte: Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, da Universidade Internacional da Flórida, e Instituto Millenium • [Obter dados](#)

À medida que as pesquisas são repetidas, haverá mais conclusões para serem tiradas. Neste ano, será feita semestralmente a coleta de dados, duas vezes no ano. “Sabemos o caminho que o Brasil está seguindo. A realidade é complexa, há uma infinidade de coisas acontecendo e existem consensos em alguns pontos, em especial, em torno da corrupção, instabilidade social por conta de ativismo judicial e a deterioração das relações entre o Poder Executivo e o Legislativo”, diz o economista.

Nível de risco por país

Nota média de cada país que faz parte do estudo

	Abril	Agosto	Dezembro	Média de 2024
 México	3,42	3,27	3,34	3,34
 Colômbia	3,28	3,11	3,31	3,23
 Argentina	3,49	3,09	3,06	3,21
 Chile	3,25	3,12	3,18	3,18
 El Salvador	0	3,04	3,26	3,15
 Brasil	3,07	2,98	3,32	3,13

Tabela: Editoria de Infografia Multimídia • Fonte: Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, da Universidade Internacional da Flórida, e Instituto Millenium • [Obter dados](#)

“No ano passado, no País, houve uma tendência de deterioração da média das notas”, explica, fazendo referência ao conceito criado pelo cientista político americano Joseph Overton (1960-2003), que defende que, a cada momento, existe uma abrangência limitada de argumentos e discursos que são populares e considerados aceitáveis pelo mainstream. “De acordo com a posição política de cada entrevistado, as causas para as piores de riscos são diferentes. Mas há um consenso de que os riscos aumentaram em várias frentes.”

Riscos políticos

A evolução das notas sobre a percepção dos riscos políticos em 2024 trazem boas e más notícias. “O Brasil é um país muito maior do que os seus vizinhos, e que dá a impressão de ter uma democracia mais sólida do que outros países da América Latina. Isso acaba se refletindo na visão que os brasileiros têm, internamente, sobre a sua solidez institucional”, afirma Resende. “O País demonstra uma maior resiliência da nação em enfrentar instabilidades. Uma mesma instabilidade num país menor tem efeito maior. A escala brasileira ajuda a absorver os impactos.”

Tendências de risco político do Brasil

Como evoluiu a percepção sobre a política em 2024

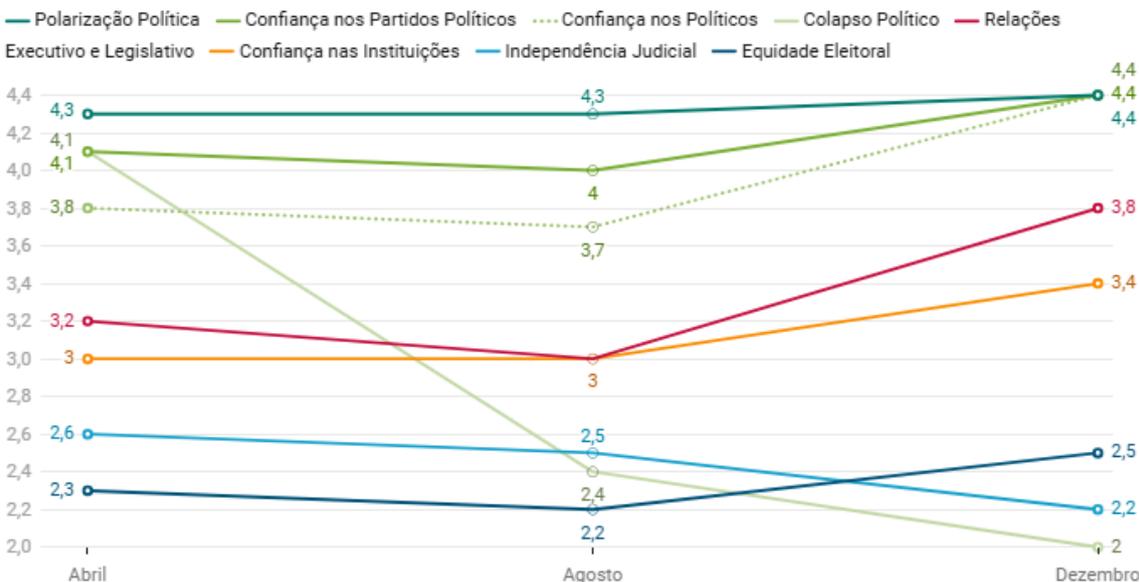


Gráfico: Editoria de Infografia Multimídia • Fonte: Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, da Universidade Internacional da Flórida, e Instituto Millenium • Obter dados

da possibilidade de haver um colapso político. A nota desse item caiu de 4,1, em abril, para 2, em dezembro. “No começo do ano, ainda havia aquele ânimo muito exacerbado por conta dos eventos de 8 janeiro de 2023”, diz o economista. “Era algo um pouco mais recente, e a percepção de risco de colapso político era muito mais alta, com o receio de se acontecer um golpe de Estado, e acabou sendo diluída com o tempo.”



Bloqueio no Congresso Nacional, um ano após os ataques do 8 de Janeiro Foto: Gabriel de Sousa

No entanto, este foi apenas um dos dois subitens relacionados a riscos políticos que melhoraram em 2024, na pesquisa. Os outros seis pioraram. Por exemplo, os entrevistados perceberam uma deterioração das relações entre o Poder Executivo e o Legislativo. “No começo do atual governo, havia a sensação de que se havia costurado um acordo com o legislativo, mesmo que ele fosse de oposição. Esse acordo se deteriorou e há uma tendência de aumento de risco”, afirma Resende.

Também pioraram as notas relacionadas à percepção de polarização política, e da confiança em políticos e partidos políticos. Essas percepções também se espelharam em perguntas relacionadas a riscos sociais, que apresentaram uma sensação de aumento da corrupção.

Riscos econômicos

As mesmas tendências registradas quanto ao risco político foram vistas em questões que trataram da economia. Em praticamente todos os indicadores, surgiram notas em dezembro que apresentavam sensação de mais riscos do que existia em abril do ano passado.

“O clima para investimentos estava, no começo do ano, no terreno neutro e foi para o positivo, abaixo da nota três, em agosto. Mas até dezembro piorou bastante”, diz o pesquisador.

Tendências de risco econômico do Brasil

Como evoluiu a percepção para a economia em 2024

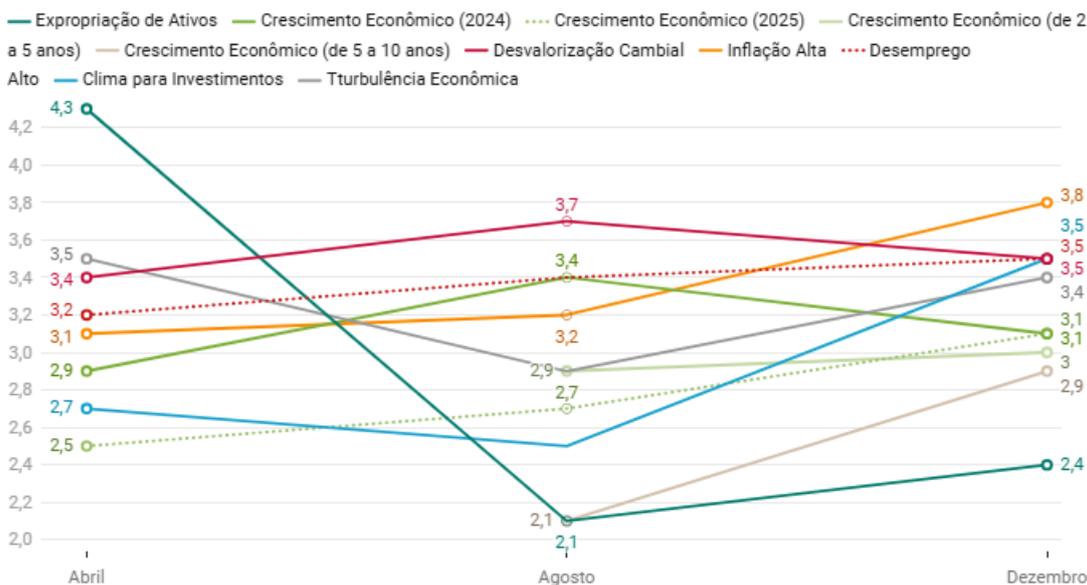


Gráfico: Editoria de Infografia Multimídia - Fonte: Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, da Universidade Internacional da Flórida, e Instituto Millenium - Obter dados

A pior nota de risco econômico em dezembro ficou em relação à inflação alta. “O risco fiscal apareceu repetidamente, nas entrevistas, como o principal fator de preocupação”, avalia Resende. “O descontrole de gastos do governo é visto como gerador de diversos problemas, como a inflação alta para o futuro. Mas afeta também as perspectivas de crescimento da economia, de desvalorização da moeda e de turbulência econômica.”

Pelo lado positivo, uma grande preocupação do começo de 2024 diminuiu fortemente ao longo dos meses. Houve uma reversão do receio com o risco de expropriação de ativos, que começou o ano como o item visto como o de pior nota e finalizou como o de melhor.

“Havia um entendimento de que havia a possibilidade de nacionalização e estatização de empresas. Em comparação com o governo anterior, visto como forte em privatizações, se esperava que o governo Lula interrompesse esse processo ou até revertesse algumas transferências para a iniciativa privada”, diz. “Mas esse risco foi diluído com o tempo. A sensação de que, mesmo que não necessariamente ele tivesse perdido a vontade de nacionalizar empresas, o governo não teria habilidade e capacidade de estatizar empresas aumentou.”

Riscos sociais

Os riscos sociais avaliados pelo estudo podem ser divididos em dois grupos, um envolvendo a possibilidade de ruptura social e outro de crime e corrupção.

Os primeiros fecharam o ano no terreno neutro. Houve até uma melhoria na percepção de possibilidade de greves e protestos de grande impacto. “Nesse ponto, o Brasil está num território que não é crítico. O País se mostra relativamente estável comparado aos outros, sem querer minimizar quaisquer problemas”, diz o economista.

Mas, durante todo 2024, houve notas altas de riscos envolvendo crimes, com até uma piora para um nível ainda mais elevado. “A percepção de criminalidade aumentou. A sensação e a exposição de crimes na mídia vêm piorando muito”, afirma. “A infiltração do crime organizado nas instituições foi muito apontada pelos entrevistados, e é tratada como um risco elevadíssimo.”

Assim como acontece com o tema de segurança pública, é considerado preocupante o nível de corrupção em várias esferas de poder, tanto no executivo quanto no legislativo. “Também o judiciário é citado, refletindo as denúncias de vendas de sentenças que aconteceram em 2024”, diz Resende.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/02/2025

TRUMP AGORA QUER TAXAR NAVIOS CHINESES QUE CHEGAM AOS EUA, E MEDIDA PODE BAGUNÇAR TRANSPORTE GLOBAL

Nova proposta imporia taxas exorbitantes sobre as embarcações fabricadas na China que abastecem os portos americanos com mercadorias; decisão pode aumentar custos das importações
Por Peter S. Goodman (The New York Times)

O governo Trump abriu uma nova e ampla frente em seu conflito comercial global, propondo a imposição de taxas de até US\$ 1,5 milhão sobre os navios fabricados na China que chegam aos portos americanos.

Essas taxas se aplicariam até mesmo a navios fabricados em outros lugares se forem operados por transportadoras cujas frotas incluam navios chineses — uma abordagem que pode aumentar os custos de uma série de cargas importadas, desde matérias-primas até produtos de fábrica.

Devido ao seu potencial para aumentar os preços ao consumidor, os impostos podem colidir com as promessas do presidente Trump de atacar a inflação. Quase 80% do comércio exterior americano em peso é transportado por navio, mas menos de 2% é transportado em navios de bandeira americana, segundo a Gavekal Research.



Quase um quinto dos navios porta-contêineres que chegam aos portos americanos são fabricados na China Foto: Hector Retamal/AFP

Conforme detalhado na sexta-feira pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, a proposta reflete o credo “America First” que anima o governo Trump. Ela foi projetada para desencorajar a dependência de embarcações chinesas no fornecimento de produtos aos americanos, ao mesmo tempo em que visa estimular o renascimento de um setor de construção naval nacional após meio século

de verdadeira dormência.

Juntamente com as tarifas expansivas de Trump, a abordagem ao transporte marítimo é uma repreensão ao sistema comercial construído pelos Estados Unidos e seus aliados após a Segunda Guerra Mundial. A fé na visão do mundo como um mercado fervilhante deu lugar à hostilidade contra a globalização em favor da busca pela autossuficiência.

A proposta avançaria na missão de isolar a China e, ao mesmo tempo, diminuiria a dependência americana de seu setor — uma rara área de consenso bipartidário em Washington. O plano foi o resultado de uma investigação, iniciada durante o governo Biden, sobre o domínio do setor de transporte marítimo chinês, em resposta a uma petição apresentada por sindicatos.

Quase um quinto dos navios porta-contêineres que chegam aos portos americanos são fabricados na China, e uma parcela muito maior nas rotas comerciais que abrangem o Pacífico, segundo o ING, o gigante bancário holandês.

“Uma parte significativa das importações que entram nos EUA pelos portos estaria diretamente sujeita a multas pesadas”, concluíram os pesquisadores do banco em um relatório publicado na



segunda-feira. “Essas despesas adicionais provavelmente seriam repassadas da transportadora para os embarcadores e, em última instância, para os importadores e exportadores.”

O governo está recebendo sugestões sobre a proposta até 24 de março. Trump poderia então impor os impostos por meio de ordem executiva.

O plano prevê uma série de taxas sobre navios que descarregam em portos americanos, dependendo da porcentagem de navios de fabricação chinesa na frota de uma transportadora. Além da taxa de até US\$ 1,5 milhão para navios construídos na China, o plano prevê taxas que podem chegar a US\$ 1 milhão por escala em portos para transportadoras cujos pedidos de novos navios recorram fortemente aos estaleiros chineses.

As principais transportadoras costumam parar em dois ou três portos americanos por rota, o que significa que suas taxas podem ultrapassar US\$ 3 milhões em viagens que geram uma receita de US\$ 10 milhões a US\$ 15 milhões, estimou Ryan Petersen, executivo-chefe da Flexport, uma empresa de logística global.

“As taxas propostas são enormes e serão incorporadas ao que os embarcadores têm de pagar e, conseqüentemente, os consumidores”, disse Willy Shih, especialista em comércio internacional da Harvard Business School. “É uma medida realmente agressiva que reflete uma administração que está fora de contato com a forma como o mundo realmente funciona ou que não se importa e quer causar o caos.”

A agitação pode se adequar aos planos de Trump, que tem procurado pressionar as empresas a fabricar seus produtos nos Estados Unidos. Mas o aumento dos custos de transporte pode prejudicar esse esforço, já que mais de um quarto das importações americanas são componentes, peças ou matérias-primas, de acordo com dados do Banco Mundial. Os custos mais altos desse tipo de carga desafiam a economia da fabricação de produtos acabados nos Estados Unidos.

A proposta de Trump procura combater o domínio do setor de construção naval chinês, que fabrica mais da metade das embarcações comerciais de carga do mundo, em comparação com 5% em 1999, segundo o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos.

Pelo menos 15% das exportações americanas teriam que ser embarcadas em navios com bandeira dos EUA dentro de sete anos da nova política, e 5% das frotas teriam que ser construídas nos Estados Unidos.

“Não há nenhuma maneira física de os estaleiros dos EUA fazerem isso”, disse Lars Jensen, executivo-chefe da Vespucci Maritime, uma consultoria de transporte de contêineres com sede em Copenhague. “O termo técnico para essa proposta seria simplesmente ‘estúpido’.”

A espera por um novo navio de contêineres de um estaleiro existente já dura mais de três anos, disse ele. Uma indústria americana estaria começando quase do zero, exigindo bilhões de dólares e muitos anos.

O esforço também exigiria aço — uma commodity que se tornou mais cara devido às tarifas de Trump.

Enquanto isso, os impostos criariam novas oportunidades para estaleiros estabelecidos na Coreia do Sul e no Japão.

Se for promulgada, a proposta vai bagunçar o transporte internacional, semeando incertezas adicionais para as empresas que já estão enfrentando as várias propostas tarifárias de Trump.

Os importadores provavelmente reduziram o uso dos portos americanos enviando mercadorias para o México e o Canadá e, em seguida, usando caminhões e trens para entregar nos Estados Unidos.

“Esses portos costumam estar congestionados”, observou Petersen, executivo-chefe da Flexport. “Eles não conseguirão absorver muita capacidade.”

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. Saiba mais em nossa Política de IA.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/02/2025

OITO EMPRESAS DEMONSTRARAM INTERESSE NA CONCESSÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Edital do projeto será lançado nesta quinta-feira; leilão deve ocorrer em agosto

Coluna do Broadcast



O governador Tarcísio de Freitas e o presidente Lula vão participar do lançamento do edital Foto: Taba Benedicto/Estadão - 02/02/2024

Oito empresas demonstraram interesse em participar do leilão do túnel que ligará Santos ao Guarujá, conforme apurou o Broadcast. São elas: a espanhola Acciona, que é a concessionária responsável pela futura Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo; a multinacional China Communications Construction Company (CCCC); o grupo Concremat; a EcoRodovias; a EGTC Infra; o grupo português Mota Engil; a Novonor (antiga Odebrecht); e a

Webuild da Itália.

Incluído no Novo PAC, o túnel será a maior obra do programa federal e custará cerca de R\$ 6 bilhões em aportes, valor dividido igualmente entre a União e o Estado de São Paulo. O lançamento do edital do projeto será nesta quinta-feira, 27, em evento na cidade de Santos (SP) com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador paulista, Tarcísio de Freitas. O leilão deve ocorrer em agosto.

Mais de 21 mil veículos cruzam diariamente de uma cidade à outra utilizando balsas e catraias, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres. Com a nova estrutura, a travessia será feita em poucos minutos, reduzindo filas e otimizando o fluxo logístico do Porto de Santos.

Obras podem começar ainda este ano

Toda a estrutura terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros submersos. Haverá três faixas de rolamento por sentido, com uma delas para a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O túnel também terá acesso para travessia de pedestres e ciclistas. A previsão é de que as obras sejam iniciadas ainda neste ano.

A expectativa, a ser confirmada nas próximas semanas, é de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faça o financiamento dos aportes tanto da parte da União quanto da parte paulista.

A empresa que vencer o leilão irá investir aproximadamente R\$ 870 milhões para a construção. A contraprestação só começará a ser paga a partir do início da operação do túnel, junto da receita tarifária estimada em R\$ 3,16 bilhões.

Procuradas, EGTC, Ecorodovias e Concremat não comentaram. A Acciona afirmou que está “constantemente analisando oportunidades no setor de infraestrutura que estejam alinhadas à sua estratégia de negócios”. As demais empresas não responderam até a publicação deste texto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/02/2025

MATURIDADE INSTITUCIONAL ALAVANCA PROJETOS PÚBLICO-PRIVADOS NO BRASIL

Ajuste na legislação de concessões e PPPs deve acelerar processos
Por Estadão Blue Studio



Ministro Fernando Haddad durante painel na abertura do evento P3C - PPPs e Concessões Foto: Divulgação/ P3C

Sobre a mesa dos gabinetes do governo federal, há planos para 15 leilões na área de transportes até dezembro e a possibilidade de ocorrer a contratação de R\$ 300 bilhões para a infraestrutura nacional. Conta que leva em consideração tanto novos projetos quanto o acerto de contratos defasados. Nesta quinta-feira, 27, será dado mais um passo para o avanço da agenda de concessões.

Com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho, a sede da B3 vai receber o primeiro leilão de uma rodovia federal na Região Norte do Brasil. O governo federal vai conceder 686,70 quilômetros da BR-364/RO, entre Porto Velho, capital de Rondônia, e Vilhena, município localizado na divisa com o Estado de Mato Grosso.

O leilão terá como critério a oferta do maior desconto sobre a Tarifa Básica de Pedágio. “O governo está promovendo um modelo inovador de otimização e leilão de contratos antigos, buscando garantir a melhor oferta”, afirmou o ministro durante a abertura do evento P3C – PPPs e Concessões: Investimentos em Infraestrutura no Brasil, realizado pela Necta.

A cerimônia aconteceu na sede da B3, em São Paulo, e também contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele destacou que os números apresentados refletem a “maturidade institucional” do Brasil. Lembrou, ainda, que participou da elaboração da primeira versão das leis de parcerias público-privadas (PPPs) em 2003 e ressaltou que inovações recentes, como as debêntures incentivadas, também têm impulsionado os contratos entre o setor público e o privado. Além disso, o ministro informou que técnicos da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda estão oferecendo suporte técnico ao Congresso na formulação de uma nova lei para modernizar a legislação sobre o tema.

A previsão é de que essa lei possa ser aprovada na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano, fazendo com que ela se torne, segundo o ministro, “uma legislação mais robusta, mais segura e mais transparente para que haja mais investimento no País”. Todo o esforço, de acordo com Haddad, visa dar eficiência aos projetos, para que eles sejam bem executados. “A Lei de PPPs, apesar das preocupações iniciais sobre riscos fiscais e éticos, evoluiu e gerou diversas experiências bem-sucedidas no País. Entre elas, a da iluminação pública em São Paulo, apesar de todos os questionamentos”, afirmou Haddad, citando uma das parcerias que ele firmou quando ainda era prefeito de São Paulo. “A modernização da iluminação pública teve impacto positivo no consumo de energia e na sustentabilidade ambiental”, afirma o ministro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/02/2025

COMO AS MEDIDAS ANUNCIADAS POR DONALD TRUMP PODEM MUDAR A ECONOMIA MUNDIAL? ENTENDA

Políticas anunciadas pelo presidente dos EUA têm impactos na forma de organização de grupos empresariais; ‘nearshoring’ e ‘greenshoring’ devem perder força a partir de agora

Por *Luciana Dyniewicz e Luiz Guilherme Gerbelli*

Em pouco mais de um mês no poder, Donald Trump anunciou medidas econômicas e fez ameaças que podem transformar as tendências econômicas globais. Algumas das políticas mencionadas pelo presidente americano mudam a abordagem dos Estados Unidos em relação ao comércio internacional e têm impactos na forma de organização de grupos empresariais; outras, porém, não são suficientes para alterar o rumo da economia.

Desde que tomou posse para o seu segundo mandato, Trump já anunciou a adoção de tarifas para produtos importados do México, do Canadá e da China – os três maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos –, embora tenha voltado atrás no caso dos mexicanos e dos canadenses, ainda que não de forma permanente. O republicano também determinou a imposição de tarifas de 25% para o aço e o alumínio importados pelos EUA e ainda quer instaurar as chamadas tarifas recíprocas. Nesse caso, a Casa Branca citou a disparidade de tarifas para o etanol brasileiro.

Segundo analistas, diante dessas medidas, o “nearshoring” (movimento em que multinacionais mudam o modo de organização de suas fábricas, transferindo as linhas de produção para próximo do mercado consumidor) e o “greenshoring” (prática surgida recentemente em que empresas desenvolvem cadeias de abastecimento mais sustentáveis e se instalam em localidades propícias para isso) – tendências que vinham se fortalecendo nos últimos anos – devem enfraquecer a partir de agora.

“A impressão que dá é que o Trump migrou do America First (EUA primeiro) para o America Only (apenas EUA). Toda essa narrativa de “nearshoring” e “friendshoring” (prática de estabelecer cadeias de fornecimento de bens entre países com relações mais amistosas) está mais fragilizada”, afirma



Medidas anunciadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, podem alterar tendências da economia internacional Foto: Pool via AP

Já movimentos que sutilmente vinham crescendo podem continuar avançando, apesar dos ataques de Trump. É o caso do uso de outras moedas como reservas internacionais ou em transações comerciais, prática ameaçada pelo presidente americano. “O distanciamento do dólar provavelmente ocorrerá de forma discreta. É isso que temos visto nas reservas internacionais na última década”, afirmou, por e-mail,

Barry Eichengreen, professor de economia da Universidade da Califórnia.

Os analistas também não esperam uma guinada na Organização Mundial do Comércio (OMC), enfraquecida desde o governo de Barack Obama, o que deixa o futuro das negociações entre países ainda mais nebuloso. “Estamos vendo as consequências de não existir um sistema multilateral baseado em regras agora”, afirma Lucas Ferraz, ex-secretário de Comércio Exterior (2019 e 2022) e coordenador do Centro de Estudos de Negócios Globais da FGV-EESP. “Na medida em que a maior economia do mundo passa a não mais respeitar as regras, ela age de forma discricionária.”

Confira, a seguir, o que especialistas esperam para algumas tendências econômicas globais após esse primeiro mês de Trump no poder:

‘Nearshoring’

O movimento chamado “nearshoring” deverá perder seu ímpeto, segundo analistas. O “nearshoring” vinha sendo adotado pelas companhias numa tentativa de reduzir interrupções nas cadeias de produção depois da pandemia de covid e da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Pela proximidade com os Estados Unidos (o maior mercado consumidor global) e pelo custo de sua mão de obra, o México era apontado como um dos grandes beneficiados se esse movimento se

consolidasse. Nos últimos dois anos, viu-se a movimentação de multinacionais investindo no país. Agora, isso pode mudar, dado que os produtos mexicanos poderiam ser taxados para entrar nos EUA.

“Certamente, uma tarifa de 25% de Trump sobre o México anularia quaisquer benefícios que o México tenha desfrutado devido à tendência de “nearshoring”. Mas isso também seria um desastre para os EUA, é claro”, diz Barry Eichengreen.

Trump oficializou a adoção de tarifa de 25% sobre produtos mexicanos dez dias após sua posse. Posteriormente, no entanto, suspendeu a medida por um mês, após o México prometer que reforçaria a fronteira com 10 mil homens da Guarda Nacional para combater o tráfico de drogas.



Tarifas dos EUA para produtos mexicanos foram postergadas por um mês após negociações com a presidente Claudia Sheinbaum Foto: Marco Ugarte/AP

Mesquita, do Itaú Unibanco, afirma que, com as restrições impostas a produtos mexicanos, investimentos que seriam feitos no país podem se deslocar para os Estados Unidos. “A economia do México deve ter um desempenho ruim este ano, especialmente o setor industrial.”

O Itaú projeta um cenário de desaceleração para a economia mexicana neste ano. O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 0,9%, abaixo do observado em 2024 (1,5%) e 2023 (3,2%).

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV (FGV/Ibre), Livio Ribeiro, no entanto, afirma que levar alguns tipos de empresas para os EUA pode não fazer sentido. Ele vê motivo para Trump trabalhar para transferir para seu país fábricas intensivas em mão de obra – que elevam a taxa de emprego –, produtoras de itens estratégicos (como semicondutores) e de setores que sofrem muita competição com os chineses, como a siderurgia. “Mas faz sentido empresas americanas produzirem, por exemplo, bicicleta nos EUA?”, questiona Ribeiro.

Para o pesquisador, como fábricas de vários setores podem não ser viáveis nos EUA, algumas companhias devem continuar produzindo no México para exportar para o vizinho. “O México pode continuar atraindo empresas, porque não fará sentido levar tudo para os Estados Unidos.”

‘Greenshoring’

A avaliação dos especialistas é que também deve ficar fragilizado o “greenshoring”. Por ter ampla oferta de energia limpa (solar, eólica e hídrica), o Brasil era tido como um dos maiores beneficiados desse movimento.

Livio Ribeiro, do FGV/Ibre, afirma que, nos Estados Unidos, acabou a “narrativa” de instalar empresas e linhas de produção em locais que têm estruturas menos poluentes. Por outro lado, diz ele, a China pode aproveitar a oportunidade e tentar ocupar esse espaço deixado pelos americanos. Isso faria com que companhias chinesas de energia limpa levassem ainda mais investimentos para países que oferecem oportunidades nessa área, como o Brasil.

Para Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do think tank Policy Center for the New South, o “greenshoring” vai continuar, apesar das atitudes de Trump contra a descarbonização da economia – apenas em sua primeira semana no poder, o presidente americano eliminou mais de 70 iniciativas de clima e energia verde, segundo análise do jornal Financial Times. Canuto pondera que, sem a participação dos EUA nos esforços pela transição energética, o potencial do “greenshoring” é menor. O economista lembra ainda que, para o Brasil se beneficiar dessa tendência, precisa melhorar sua infraestrutura e o ambiente de negócios.

OMC

Sem voz ativa no cenário internacional, a Organização Mundial do Comércio (OMC) deve seguir debilitada com Trump na Casa Branca. No primeiro mandato do republicano, os Estados Unidos bloquearam a nomeação de juizes para o órgão de apelação da instituição, que funcionava como uma espécie de STF do comércio internacional.

“A OMC ficou muito esvaziada e, agora, com essas medidas unilaterais do Trump, não tem mais força para arbitrar qualquer diferença comercial”, afirma o diplomata Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Londres (1994-1999) e Washington (1999-2004).

Criada nos anos 1990, a organização tem 166 membros, que representam 98% do comércio global. Mesmo no governo do democrata Joe Biden, a OMC não conseguiu entregar grandes avanços para o comércio global. Em 2024, a última conferência ministerial, realizada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, terminou sem acordo sobre os principais temas debatidos.

Apesar da fraqueza da instituição, a China formalizou queixa na OMC contra os EUA depois de Trump anunciar tarifas de 10% sobre produtos chineses importantes. “Foi um gesto político da China para mostrar que ela segue a regra”, afirma Barbosa.

No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que também pretende recorrer à organização caso a imposição de tarifas de 25% para o aço e alumínio – ameaçada por Trump – se concretize.



Lula diz que também pode acionar a OMC contra as tarifas de Trump Foto: Wilton Junior/Estadão

“Se taxar, vamos reagir comercialmente ou vamos denunciar na OMC ou vamos taxar os produtos que a gente importa deles. A relação do Brasil com os EUA é muito igualitária. Eles importam US\$ 40 bilhões. Nós importamos US\$ 45 bilhões”, disse Lula, em entrevista concedida para a Rádio Clube do Pará.

‘Desdolarização’

Trump ameaçou taxar em 100% os produtos vindos dos países do Brics caso o bloco dê prosseguimento à ideia de abandonar o uso do dólar no comércio exterior. “A ideia de que os países do Brics estão tentando se afastar do dólar, enquanto nós assistimos de braços cruzados, acabou”, escreveu Trump na rede Truth Social, no fim de janeiro.

Nos últimos anos, diferentes governos anunciaram que pretendiam reduzir o uso do dólar em suas transações comerciais. A restrição à moeda americana no comércio, ao lado da queda de participação do dólar nas reservas internacionais globais, havia levantado, em 2023, a discussão sobre uma possível “desdolarização”.

No centro dessas propostas de substituição da moeda americana por locais estava a China, que vinha tentando minar a hegemonia do dólar. Desde 2022, Pequim anunciou acordos com Argentina, Brasil, Rússia e Arábia Saudita para reduzir a dependência do dólar. Para analistas, no entanto, o uso de outras moedas continuava ínfimo em comparação ao dólar.

O professor da Universidade da Califórnia Barry Eichengreen afirma que, ainda que Trump ameace os países que quiserem usar outra moeda em suas transações comerciais, haverá um movimento “discreto” de distanciamento do dólar, o substituindo pelo renminbi chinês ou até pelos dólares australiano, canadense e neozelandês. “É isso que temos visto nas reservas internacionais na última década”, diz.

Livio Ribeiro destaca que o dólar não será substituído globalmente, mas regionalmente algumas moedas têm despontado como meio de pagamento, é o caso do renminbi. Isso deve continuar, mas de forma praticamente irrelevante quando se considera o número de transações que usam o dólar.

Segundo Ribeiro, o principal desafio para a maior adoção dessas moedas não são as ameaças de Trump, mas a disposição dos agentes econômicos para adotá-las. “Uma empresa brasileira que importa, por exemplo, quer dólar, não quer uma alternativa.”

Na visão de Otaviano Canuto, países como Emirados Árabes Unidos e Índia deverão ser mais cautelosos ao negociar acordos de uso de moeda própria em transações comerciais com a China. “As relações desses países com a China não são significativas o suficiente para que queiram colocar em risco a relação com os EUA. Eles não devem ter o mesmo ímpeto que o Brasil e a Argentina na relação com a China.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/02/2025

PETROLEIRA BP ANUNCIA CORTE DRÁSTICO EM ENERGIA VERDE E MAIS INVESTIMENTO EM ÓLEO E GÁS

Medida é uma tentativa da empresa de recuperar o preço das ações, mas foi recebida com incredulidade pelos defensores dos investimentos em transição energética

Por AP

LONDRES - A empresa britânica de energia BP confirmou nesta quarta-feira, 26, que cortará os gastos com empreendimentos voltados à transição energética e aumentará sua produção de petróleo e gás. Com essa mudança de direção, a empresa espera reforçar o preço de suas ações, mas o anúncio foi recebido com incredulidade pelos defensores das ações climáticas.

Em uma declaração intitulada “Reset BP”, a empresa disse que reduzirá seus gastos em negócios de transição energética em US\$ 5 bilhões por ano - a previsão agora é de gastos de até US\$ 2 bilhões. Em contrapartida, disse que aumentaria seus investimentos na produção de petróleo e gás em cerca de 20%, chegando a US\$ 10 bilhões.



BP vai elevar em 20% os investimentos na produção de petróleo e gás Foto: Ben Stansall/AFP

O CEO da companhia, Murray Auchincloss, disse que a BP está concentrando seus gastos nos “negócios de maior retorno para impulsionar o crescimento” e que será “muito seletiva” em seus investimentos em energias renováveis.

“Esta é uma BP redefinida, com um foco inabalável no aumento do valor de longo prazo para os acionistas”, disse.

A estratégia representa um recuo em relação ao plano muito elogiado da empresa há cinco anos, sob o comando do então CEO Bernard Looney, de reduzir a produção de petróleo e gás em favor de negócios com emissões líquidas zero de carbono.

A atualização, que ocorreu antes de uma importante reunião de acionistas em Londres, nesta quarta-feira, tem o objetivo claro de reforçar o apoio dos investidores, tendo em vista a queda no preço das ações da empresa.

O desempenho inferior dos papéis da empresa em relação aos de seus pares, como Shell, ExxonMobil e Chevron, alimentou a especulação do mercado de que ela poderia transferir sua listagem de ações de Londres para Nova York, ou até mesmo torná-la um alvo de aquisição.

O influente fundo de hedge americano Elliott Management recentemente adquiriu uma participação de quase 5% na BP, e acredita-se que ele tenha tentado empurrar a BP de volta aos combustíveis fósseis para aumentar os lucros.

Auchincloss já desmembrou o negócio de energia eólica offshore (em alto-mar) da BP em uma joint venture e está procurando se desfazer de seu braço de energia eólica onshore (em terra). O grupo também vem cortando custos em face de um mercado mais difícil. Recentemente, anunciou que cortaria mais de 5% de sua força de trabalho.

A mudança de estratégia da BP está enfrentando fortes críticas dos defensores do meio ambiente, que anteriormente haviam se entusiasmado com a insistência da empresa de que o futuro era verde.

“Essa medida da gigante do petróleo BP demonstra claramente por que corporações e indivíduos super-ricos, em busca de lucros de curto prazo para si mesmos e para os acionistas, não podem ser encarregados de solucionar a crise climática ou liderar a transição para a energia renovável de que tanto precisamos”, disse Matilda Borgström, ativista do Reino Unido no grupo de ação climática 350.org.

“Injetar dinheiro em mais petróleo e gás aumenta o risco de impactos climáticos para todos nós, vai contra as metas climáticas legais e, com o setor de energias renováveis crescendo exponencialmente, é um grande risco para os acionistas que a BP está tão interessada em agradar”, acrescentou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/02/2025*



VALOR ECONÔMICO (SP)

ELOGIOS PÚBLICOS DE GLEISI, RUI COSTA E SILVEIRA INDICAM CAMPANHA DE DESAGRAVO A HADDAD

Declarações ficaram recorrentes após o ministro da Fazenda ser apontado como responsável por piora da avaliação de Lula

Por Andrea Jubé, Valor — Brasília



Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil) em evento realizado em novembro de 2024 — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, elogiou e defendeu nesta quarta-feira (26), publicamente, e em três ocasiões, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem vem travando debates internos no governo sobre as diretrizes da política econômica. As declarações de Costa engrossam uma campanha discreta de desagravo a Haddad, após virem à tona críticas de que iniciativas da Fazenda seriam responsáveis pela queda de popularidade

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – movimento confirmado pela divulgação da pesquisa Quaest em seis Estados.

Antes de Costa, a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), crítica contumaz de Haddad, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira – principal aliado do chefe da Casa Civil no governo —, também haviam tecido elogios ao titular da Fazenda.



Costa elogiou o titular da política fiscal em três oportunidades. Primeiro, em entrevista à GloboNews, no início da manhã, o chefe da Casa Civil afirmou que “Haddad teve e tem todo o apoio do presidente da República e dos ministros do palácio para todas as iniciativas que ele tomou”. Acrescentou que sua relação com Haddad é “excelente”, e reforçou a declaração ao participar de um evento com investidores em São Paulo.

No início da tarde, ao chegar para o evento promovido por um banco de investimentos, Costa defendeu o resultado da política fiscal de Haddad, ao comentar a meta fiscal alcançada relativa a 2024. “Foi o melhor resultado primário em 10 anos”, ressaltou, ao rechaçar rumores de que o governo pode entrar em uma fase “populista”, de mais gastos em políticas sociais. Ele lembrou que bloqueou R\$ 20 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e afirmou que “não há motivo concreto real” para esse temor.

No fim de janeiro, o Tesouro Nacional anunciou que o governo central registrou déficit primário de R\$ 11,032 bilhões, ou 0,09% do PIB em 2024, o segundo melhor desempenho da década, atrás apenas de 2022. O compromisso era de um déficit zero, defendido por Haddad. Na contramão, Rui Costa e Gleisi lideravam alas do governo que defendiam um déficit de 0,5% do PIB, mas perderam a queda de braço para Haddad, que teve o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, na festa de aniversário do PT, realizada no sábado (22), no Rio de Janeiro, Gleisi fez elogio público a Haddad, que estava presente na plateia, ao mencionar o resultado fiscal. “Nós saímos de 2023, de um déficit de 3,2% [do PIB] e você [Haddad] conseguiu colocar um déficit de 0,09% [do PIB]. Isso é compromisso com as contas públicas”, ressaltou. Foi um claro momento de inflexão ante a notória postura crítica às ações do ministro da Fazenda.

Já o ministro Alexandre Silveira foi às redes sociais nessa terça-feira exaltar Haddad. “Estive com o ministro da Fazenda em evento hoje e reiterei meu apoio ao trabalho que tem sido feito. Ressalto a confiança e o entusiasmo que temos na política econômica do Brasil, liderada por ele e sua equipe”, afirmou em seu perfil na rede X.

“Fatos: o PIB do Brasil cresceu MUITO acima da previsão em 2023/24. Aumento real do Salário Mínimo. Geração de quase 1,7 milhão de empregos formais no ano passado. Isso é resultado do trabalho do time do presidente Lula, em especial do ministro Haddad”, reforçou.

Silveira é um dos principais aliados de Costa no governo. Além disso, é um dos quadros mais próximos do secretário de Governo de São Paulo e presidente do PSD, Gilberto Kassab, que fez críticas públicas a Haddad há algumas semanas, chamando-o de “fraco” em declarações a investidores.

Internamente, ministros do Centrão fazem coro em defesa de Haddad, como Renan Filho (MDB), dos Transportes, e Silvio Costa Filho (Republicanos), de Portos e Aeroportos. Um dos aliados mais constantes de Haddad no governo, interna e publicamente, é o ainda titular da articulação política e futuro ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

As críticas a Haddad cresceram após a divulgação de pesquisas indicando queda de popularidade de Lula. Em uma reunião ocorrida no dia 16 na Granja do Torto, fora da agenda oficial – e dois dias após a divulgação da pesquisa Datafolha – Lula ouviu de ministros presentes que medidas da Fazenda eram responsáveis pela alta rejeição ao governo.

Entre elas, a “taxa das blusinhas”, em referência à cobrança de imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50. A medida foi adotada para atender pleito do setor varejista, que estava perdendo vendas para o marketplace chinês. E, a ampliação da fiscalização do Pix para transações acima de R\$ 5 mil. No caso do Pix, o governo recuou após a onda de notícias falsas de que seria cobrado imposto sobre a ferramenta do Banco Central. Haddad estava ausente da reunião porque estava em viagem ao Oriente Médio.

Fontes do palácio disseram ao Valor que Haddad teria reclamado a Lula do fogo amigo no governo. Em reação, segundo as mesmas fontes, Lula teria dado voz de comando para que auxiliares e aliados saíssem em defesa de Haddad. Contudo, interlocutores do ministro da Fazenda negaram que ele tenha abordado o tema com Lula. "Ele nunca tratou desse assunto com o presidente", ressaltou um interlocutor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/02/2025

GOVERNO NÃO PODE 'FICAR EM DEPRESSÃO', DIZ RUI COSTA APÓS PESQUISA MOSTRAR DESAPROVAÇÃO DE LULA ACIMA DE 60% EM SEIS ESTADOS

Levantamento divulgado pela Genial/Quaest nesta quarta-feira também mostrou que desempenho do petista piorou em Estados do Nordeste

Por Joice Bacelo, Valor — São Paulo



Rui Costa, ministro da Casa Civil — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência/Fotógrafo/Agência Brasil

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta quarta-feira (26) que quem governa não pode "ficar em depressão" quando os resultados das pesquisas são ruins. A declaração, dada em entrevista à GloboNews, ocorreu após levantamento da Genial/Quaest mostrar que a desaprovação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ultrapassou os 60% em seis Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e

Rio Grande do Sul - e que o desempenho do presidente também registrou piora em Estados do Nordeste, reduto do PT.

Para Costa, quando as pesquisas vêm ruins, é preciso tentar entender o que levou ao resultado. "Eu acho que não comunicamos bem nos últimos dois anos", disse, acrescentando que esse ponto específico está sendo corrigido.

Segundo o ministro, a entrada de Sidônio Palmeira na Secretaria de Comunicação Social (Secom), em janeiro, teve como objetivo "melhorar a informação, dar mais capilaridade, e fazer com a população tenha a percepção exata dos que o governo está fazendo". "É um volume muito grande de ações em várias áreas, mas não é perceptível pela população. Sidônio está trabalhando 12, 14 horas por dia", afirmou à GloboNews.

Em relação à inflação dos alimentos, também apontada como um dos fatores para a piora na avaliação do governo, Costa disse que há expectativa de queda nos preços no segundo semestre. "Temos a boa notícia de expectativa de grande safra neste ano e todos os estudos apontam que principais preços estarão em declínio."

Além disso, segundo Costa, o presidente Lula tem realizado reuniões com o setor. Um novo encontro deve ser marcado para a semana que vem "para dialogar e rever medidas no sentido de acelerar essa redução de preço prevista com a supersafra". "Estamos buscando uma desaceleração mais rápida dos preços", enfatizou.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira, piorou a percepção dos entrevistados sobre a economia. Nos oito Estados que fizeram parte do levantamento, a maioria respondeu que a situação está pior do que há 12 meses. O impacto da economia na avaliação fica mais evidente na pergunta sobre os preços dos alimentos. Em todas as unidades pesquisadas, mais de 90% dos entrevistados responderam que os preços subiram no último mês. Em Goiás e no Paraná o percentual chegou a 96%.



Para os eleitores de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o principal problema é a violência. A saúde foi a queixa mais citada em Goiás, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em relação à segurança pública, Rui Costa disse a chamada PEC da Segurança, encabeçada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, "está finalizada" e "pronta para despacho do presidente". "Mais tardar depois do Carnaval, para que possamos enviar ao Congresso", disse em entrevista à GloboNews.

Substituto de Padilha 'está na cabeça' de Lula

Rui Costa também afirmou, na entrevista, que ainda não há uma definição dentro do governo sobre o substituto de Alexandre Padilha na Secretaria de Relações Institucionais e que, por enquanto, o nome "deve estar na cabeça do presidente" Lula somente. "O presidente está refletindo sobre isso. Ele ainda não definiu um nome, não revelou a nenhum dos assessores", afirmou.

A saída de Padilha da SRI abre disputa pelo ministério, responsável pela articulação política do governo e que maneja o fluxo de liberação de emendas parlamentares. A pasta é cobiçada pelo Centrão, e o nome do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), foi cogitado para ocupar o cargo. Segundo um interlocutor do ministro, ele chegou a ser sondado por emissários de Lula para assumir a cadeira de Padilha. Mas tanto ele quanto seu partido demonstraram preferência por continuar no atual posto.

Os favoritos para substituir Padilha são o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e a presidente nacional do PT, a também deputada Gleisi Hoffmann (SP). Isso porque Lula resiste a nomear um político de fora do partido para o Planalto, a não ser que seja alguém de sua confiança.

Na entrevista desta manhã, Rui Costa disse que o novo ministro "precisa, antes de tudo, ter vontade de dialogar com o Congresso, com prefeitos e governadores". "Porque serão dois anos de uma nova etapa [no governo]. As principais propostas já foram estruturadas, mas é preciso intensificar isso. É um ano de entregas", afirmou.

O comando da SRI ficou vaga após Padilha ser nomeado para o lugar de Nísia Trindade no Ministério da Saúde. Nísia foi demitida terça-feira pelo presidente Lula, após um longo processo de desgaste e semanas de fritura pública, com rumores dentro do governo sobre sua saída da Esplanada.

Padilha, escolhido de Lula para a pasta, já havia sido ministro da Saúde no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Ele assume o cargo em 6 de março.

Na entrevista à GloboNews, Rui Costa elogiou Nísia. "Ministra extraordinária, séria, capaz, que buscou com muito diálogo reestruturar o SUS, que foi desmontado [no governo de Jair Bolsonaro]", ele disse. Questionado se a ministra estaria sendo cotada para outro cargo no governo, Costa considerou "prematureo fazer especulações". "Mas ela é altamente qualificada e pode exercer qualquer tipo de projeto", concluiu.

Reforma ministerial

Rui Costa negou que mudanças nos ministérios - para dar mais espaço a partidos do Centrão - estejam atreladas à eleição de 2026. "As mudanças que o presidente pretende fazer, em nenhum momento eu ouvi, nem publicamente nem internamente, qualquer correlação com a eleição de 2026. O que o presidente está preocupado é em melhorar", disse.

Ele tratou como "natural" que os partidos desejem ocupar um espaço maior no governo, mas ponderou que o número de ministérios é finito e que "para dar mais espaço para alguém, é preciso diminuir o espaço de alguém". Segundo ele, o presidente Lula vai chamar os líderes para conversar.

"Mas eu digo, não tivemos nem teremos dificuldade para aprovar os projetos na Câmara e no Senado", emendou, referindo-se à governabilidade do governo Lula. "Os principais projetos nesses dois anos, todos eles foram aprovados na Câmara e no Senado. Não se pode dizer que tivemos dificuldade sob a coordenação de Padilha, que estava à frente, com os dois presidentes, Pacheco e Lira. E agora, com os dois novos presidentes [Davi Alcolumbre, no Senado, e Hugo Motta, na Câmara], são perfis diferentes, mas com pré-disposição ao diálogo. Não acho que teremos problema de governabilidade.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/02/2025

ASSINADO CONTRATO PARA NOVO TERMINAL PORTUÁRIO EM ITAGUAÍ

Evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro Silvio Costa Filho e de Lucas Kallas, presidente do conselho de administração da Cedro Participações, que irá investir R\$ 3,6 bilhões no projeto

Por Dino



Assinado contrato para novo terminal portuário em Itaguaí — Foto: Ricardo Stuckert / PR

O presidente do conselho de administração da Cedro Participações, Lucas Kallas, assinou nesta sexta-feira, dia 21 de fevereiro, o contrato de concessão da área ITG-02, do Porto de Itaguaí (RJ). O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A empresa, que tem entre seus negócios a Cedro Mineração, projeta investimentos de R\$ 3,6 bilhões na área, que será destinada à construção de um terminal de armazenagem e movimentação de granéis sólidos minerais. O local conhecido como "Porto do Meio" terá a capacidade de movimentar 20 milhões de toneladas por ano, em uma área de aproximadamente 350 mil metros quadrados.

"Eu queria agradecer ao empresário Lucas que resolveu fazer investimento aqui", disse o presidente Lula, em seu discurso. "Eu aprendi com a minha mãe que quando a gente quer saber se a pessoa é honesta e trabalhadora, a gente não tem que prestar atenção na boca, a gente tem que prestar atenção nos olhos. E o companheiro Lucas, desde que foi levado à minha sala dizendo que queria fazer investimentos em mineração do país, descobri na hora que estava conversando com um empresário sério, que ama o Brasil, torce pelo crescimento do Brasil".

Durante a cerimônia, Kallas destacou a importância do porto para aumentar a competitividade da atividade mineral brasileira. "Essa nova rota aumentará a competitividade da mineração brasileira no cenário global e, ao mesmo tempo, trará benefícios significativos para o meio ambiente e para a infraestrutura do país. Com ela, retiraremos cinco mil carretas por dia das estradas e reduziremos em mais de 40 mil toneladas as emissões de CO2", afirmou.

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o desenvolvimento que as obras da construção do terminal vão trazer para a região de Itaguaí. "Esse é o maior leilão da história portuária do Brasil, investimentos no primeiro momento de R\$ 3,6 bilhões que ao longo dos anos vai chegar a quase R\$ 10 bilhões em investimentos. Isso significa dizer que agora, na fase da obra, serão gerados 2,8 mil empregos diretos e indiretos, trazendo oportunidades para o povo da região", afirmou. Após a obra, outros 2,8 mil empregos serão criados para a operação do terminal.

A empresa pretende usar o terminal para exportar o pellet feed, um minério de ferro de alta qualidade capaz de reduzir em até 50% as emissões de carbono na indústria siderúrgica.

Mas o terminal terá uso mais amplo. “Este novo terminal é um marco não só para a Cedro, mas para todo o setor de mineração, porque abrirá um novo canal de exportação para todas as médias mineradoras”, afirma Eduardo Couto, conselheiro do Sindiextra (Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais).

Segundo Fabiano Carvalho, Vice-Presidente Comercial, Estratégia e Projetos da Cedro Participações, a operação do terminal também se encaixa dentro dos compromissos da empresa com a mineração sustentável.

“Esse porto tem tudo a ver com sustentabilidade, ele vai respeitar todas as melhores práticas ambientais na sua construção e na sua operação e, além disso, vai permitir que o minério de alta qualidade seja exportado e embarcado do Brasil para o Oriente Médio e Ásia”, afirmou.

As obras vão começar em 2027 e o início das operações é esperado para 2029. (texto publicado originalmente na IstoÉ Dinheiro) Website: <https://www.linkedin.com/company/cedro-participa-es/>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/02/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONPORTOS APROVA PLANO DE SEGURANÇA PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Da Redação Portos e logística 25/02/2025 - 20:00



O Plano de Segurança Portuária do Porto de São Francisco do Sul foi aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). A Declaração de Cumprimento do Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, na sigla em inglês) foi publicada no Diário Oficial da União esta semana.

A Declaração é uma certificação internacional, concedida pela União, atestando que o porto atende a todas as exigências de segurança exigida para controle

de acessos e monitoramento das instalações.

Para obter a certificação, que estava caçada desde 2021, o Porto de São Francisco realizou, nos últimos dois anos, o maior investimento em segurança da informação da sua história: R\$ 25 milhões. Uma das principais obras de modernização foi o novo sistema de monitoramento e controle de acesso ao Terminal Graneleiro, responsável pelo armazenamento de soja e milho, principalmente.

No local foram instaladas 12 câmeras de leitura de placas de caminhões e identificação de cada vagão de trem que leva carga ao Porto, por meio do Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR). O sistema permite a conexão online com a Receita Federal para o envio das informações das diferentes cargas. O controle de acesso ao Terminal Graneleiro também foi modernizado, com quatro novos equipamentos que identificam os caminhoneiros por meio da biometria digital, além da automação dos portões.

Foram colocadas, ainda, 111 novas câmeras para o aprimoramento do Circuito Fechado de Televisão (CFTV). Em 2024, também houve grandes investimentos na área de Tecnologia da Informação, com a compra de dois storages, para armazenamento de imagens, e 10 servidores.

Em 2023, o Porto já tinha habilitado um novo acesso, com três balanças, o que agilizou a movimentação de caminhões.

Após a sua validação, foi produzido o Plano de Segurança Pública Portuária (PSP), que também foi aprovado pela Cesportos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/02/2025

PORTOSRIO REGISTRA RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2024

Da Redação Portos e logística 25/02/2025 - 19:07



A PortosRio, autoridade portuária que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói, Angra dos Reis e Forno, alcançou um recorde ao movimentar um total de 76,2 milhões de toneladas em 2024 – um crescimento de 13,9% em relação a 2023. Este resultado, o maior desde o início da série histórica em 2010, conforme dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), representa a evolução mais robusta registrada no período pós-pandemia.

Destaques do Porto de Itaguaí

Consolidado como o segundo maior porto público do país em movimentação, Itaguaí registrou 60,7 milhões de toneladas em 2024, um aumento de 8,8% em comparação com 2023.

O volume de minério de ferro atingiu 54,1 milhões de toneladas, alcançando o maior patamar dos últimos 10 anos, com crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior.

O porto foi responsável pela exportação de 13,6% do volume nacional de minério de ferro transacionado por via marítima, concentrando praticamente toda a exportação dessa commodity nos portos públicos organizados.

Destaques do Porto do Rio de Janeiro

Com uma movimentação de 15,4 milhões de toneladas em 2024, o Porto do Rio de Janeiro apresentou um expressivo crescimento de 39,7% em relação a 2023. A carga containerizada foi o grande destaque, totalizando 11,8 milhões de toneladas – um aumento impressionante de 60,1% no mesmo período. A movimentação de contêineres, em TEU, atingiu a histórica marca de 1,2 milhão de TEU, representando um crescimento de 70% em relação a 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/02/2025

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO BRASIL ATINGE RECORDE DE 1,32 BILHÃO DE TONELADAS EM 2024

Da Redação



A movimentação portuária brasileira atingiu um novo recorde em 2024, com 1,32 bilhão de toneladas de carga transportadas, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O volume histórico impactou positivamente a balança comercial do país, que registrou o segundo melhor resultado de sua história no ano.

Entre as principais mercadorias (em peso líquido) estão os compostos orgânicos e inorgânicos (pedras, ácidos, água,



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 034/2025
Página 57 de 57
Data: 26/02/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

sais minerais), que lideram com quase 8 milhões de toneladas, representando um crescimento impressionante de 37,08%. Já o transporte de carnes e miudezas comestíveis vêm em seguida, com aumento de 9,57%, que reflete crescente demanda por produtos alimentícios.

O transporte de carga em contêineres segue sendo essencial para o escoamento de mercadorias nos portos, contribuindo para a exportação e importação, visto que 95% das exportações brasileiras passam por essas vias. O crescimento do setor portuário tem sido impulsionado pela modernização da logística e pela alta demanda do comércio marítimo, fatores apontados como essenciais para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O transporte de contêineres também se destaca pela otimização do tempo e redução de custos operacionais, tornando o escoamento mais eficiente. Entre os portos públicos com maior crescimento percentual, o Porto de Salvador (BA) teve um aumento de 41,18%, atingindo 6,6 milhões de toneladas, seguido pelos portos de Itaguaí (RJ), com 8,78%, Santos (SP), com 2,05% e Paranaguá (PR), com 1,65%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/02/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 26/02/2025